



**O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E
AS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES:
Formas de diálogo e articulação**



O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E AS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES: Formas de diálogo e articulação



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



Esta publicação foi realizada pela área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, com o apoio da Federação Mundial de Cidades Unidas – FMCU e da Caixa Econômica Federal.

IBAM

SUPERINTENDENTE GERAL

Mara Biasi Ferrari Pinto

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Ana Lúcia Nadalutti La Rovere

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR

Victor Zular Zveibil

PESQUISA, REDAÇÃO E FOTOGRAFIAS

Andréa Pitanguy de Romani

REVISÃO

Leandro Quarti Lamarão

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Clan Design

DIAGRAMAÇÃO

Cláudio Fernandes

Emmanuel Khodja

FMCU – Federação Mundial de Cidades Unidas

SECRETÁRIO GERAL

Paolo Morello

RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DA AMÉRICA LATINA

Edgardo Bilsky

Junho de 2004

ROMANI, Andréa Pitanguy de

O poder público municipal e as organizações de catadores / Andréa Pitanguy de Romani. – Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

72p. 15,5 x 21cm

1. Limpeza urbana. 2. Lixo. 3. Reaproveitamento (sobras, refugos, etc.). I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. II. Caixa Econômica Federal.

CDD 628.4

SUMÁRIO

Apresentações

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	05
CAIXA – Caixa Econômica Federal	06
Fórum Nacional Lixo e Cidadania	07
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal	08

Capítulo 1 – Os resíduos sólidos e a gestão participativa

09

1.1. O cenário atual	09
1.1.1. Mundo	09
1.1.2. Brasil	10
1.2. Os atores	12
1.2.1. A Prefeitura	12
1.2.2. O catador: de excluído a parceiro	14
1.2.3. Coleta seletiva com inclusão social: oportunidade de unir forças	18

Capítulo 2 – Relatos de experiências

21

2.1. Belém do Pará	22
2.2. Belo Horizonte	27
2.3. Porto Alegre	32
2.4. Recife	36
2.5. Rio de Janeiro	42
2.6. São Paulo	48

Capítulo 3 – A construção de políticas públicas municipais

53

3.1. Aspectos Jurídicos	53
3.1.1. A formalização do programa de coleta seletiva e algumas considerações	53
3.1.2. A constituição legal da organização	55
3.1.3. A consolidação das parcerias	57
3.2. Aspectos sociais e sua interface com questões gerenciais	59
3.3. Gerenciamento interno e sustentabilidade	61
3.4. Outros atores da rede	64

Referências Bibliográficas

66

Anexos

I – Relação de entrevistados	67
II – Siglas utilizadas	69

APRESENTAÇÕES

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Brasil, embora seja um dos países mais ricos do mundo em termos de recursos naturais, qualidade de seu povo e potencialidades, é, também, um dos mais injustos. Ao longo de nossa história, acumulamos uma dívida social tremenda: o País cresceu, mas a riqueza ficou muito concentrada em poucas mãos. A exclusão social se alastrou a ponto de muitos de nossos compatriotas sequer alcançarem o sagrado direito a um lar.

Os moradores de rua são o retrato mais cruel de nossas desigualdades sociais e econômicas, mas também são os atores de um dos mais importantes processos de recuperação progressiva da cidadania que este País já viu: o surgimento do cidadão catador.

Quando o poder público federal, estadual e municipal se articula com organismos não-governamentais, com entidades da sociedade civil e com instituições religiosas para apoiar o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores, percebe-se que o milagre da realização humana é possível. Os homens e as mulheres que se engajam no trabalho catador, ressurgem como cidadãos construindo sua dignidade cidadã. Sabem buscar seus direitos a programas para apoiar seus filhos com ensino e alimentação, sabem pleitear o que lhes é assegurado pela Constituição. São capazes de demonstrar o quanto são produtivos e inovadores e como podem gerar trabalho e renda para construir sua própria autonomia.

Este manual, que tenho a honra de apresentar, relata este processo. Aqui são apresentados os dados da realidade social, econômica e ambiental. São números que chocam as consciências bem formadas, ao estampar de modo direto nossas desigualdades. Por outro lado, este manual apresenta as experiências de sucesso de administrações municipais comprometidas com as lutas populares e com a justiça social. São iniciativas que tiveram êxito em Belo Horizonte, Porto Alegre e, mais recentemente, em municípios como Penedo (AL), João Pessoa (PB), Pedreira (MA). São exemplos de que governo e sociedade unidos podem mudar a realidade.

Espero que este manual seja um instrumento de construção da cidadania, seja um guia para fazer do Brasil um país de todos.

Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

As instituições financeiras têm um papel intransferível a desempenhar na transição para modos mais sustentáveis de produção, negócios e serviços, funcionando como indutoras do comportamento socioambiental responsável. A CAIXA, por missão institucional, tem um importante papel no processo de proteção e preservação do meio ambiente, aproveitando sua capacidade técnica, capilaridade e seu posicionamento estratégico no relacionamento com as três esferas de governo e sociedade.

A edição deste material, que tem por objetivo facilitar o diálogo das Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis com o Poder Público Municipal, representa a continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela CAIXA, como instituição parceira do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais Lixo & Cidadania, na viabilização de apoio financeiro, técnico e logístico às iniciativas e ações da Campanha " Criança no Lixo Nunca Mais " e do Programa de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis. O projeto de bancarização, lançado em 2003, é um passo importante para inclusão social desses trabalhadores, pois permite a todos os interessados, a abertura de conta corrente simplificada e o acesso ao micro-crédito.

Aser Cortines Peixoto Filho

Vice Presidente – Desenvolvimento Urbano e Governo
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nos últimos anos, vem mudando a forma como a sociedade se relaciona com os catadores de materiais recicláveis, em função do crescimento de sua organização. Mesmo assim, eles ainda são tratados como personagens que atuam fora do sistema de limpeza urbana; não fazem parte das estatísticas de pessoal ocupado no setor, seus carrinhos não são considerados equipamentos utilizados na limpeza das cidades.

Esta publicação traz para o centro de nossas reflexões exatamente o relacionamento do poder público municipal com essa parcela de trabalhadores anônimos da limpeza urbana. É extremamente oportuna a sistematização de algumas experiências no momento em que os catadores reivindicam, com apoio do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, sua real inserção nos sistemas de gestão de resíduos sólidos.

Teia Magalhães

Secretaria Executiva

FÓRUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

A figura do catador e da catadora ganha cada vez mais espaço no cenário nacional. Eles não só são o reflexo de uma delicada condição socioeconômica, como também exercem um papel essencial na re-inserção de matéria prima secundária na cadeia de produção e consumo. A catação de cada dia permite a reunião de um volume significativo de materiais que passam a ser reciclados. Diante do desafio crescente dos municípios em gerenciar de forma adequada as quantidades cada vez maiores de lixo, o catador passa a ser visto como um aliado.

As experiências aqui descritas ilustram justamente a necessidade de uma articulação entre o poder público municipal, as organizações de catadores, entidades privadas e públicas e organizações não governamentais no enfrentamento da questão do lixo e de seus reflexos ambientais, sociais e econômicos. Esse desejo – ou melhor, essa necessidade – é a maior motivação para a elaboração desta publicação.

O trabalho está dividido em três partes sequenciais. A primeira tem como foco o histórico da formação do movimento de catadores no cenário brasileiro e o gerenciamento dos resíduos sólidos. A segunda parte relata de forma analítica algumas experiências de coleta seletiva implementadas no país. O último capítulo, tendo como respaldo as experiências do capítulo anterior, busca apontar alguns aspectos fundamentais que devem ser considerados nas discussões e na construção de políticas e programas de gestão integrada de resíduos sólidos com inclusão social.

O IBAM espera que este texto seja um instrumento de incentivo, orientação e apoio para a construção de diálogos entre diferentes atores e esferas, resultando na implementação de políticas municipais de gestão compartilhada de resíduos sólidos. O catador deve ser percebido e se perceber em toda sua dignidade, como agente prioritário nos programas de coleta seletiva.

Mara Biasi Ferrari Pinto
Superintendente Geral
IBAM



Foto 1: Cooperado em busca de Horizontes

CAPÍTULO 1

OS RESÍDUOS SÓLIDOS E A GESTÃO PARTICIPATIVA

1.1. O CENÁRIO ATUAL

1.1.1. Mundo

As estimativas apontam para um cenário mundial alarmante. Atualmente, o planeta abriga mais de 6 bilhões de habitantes. Concentradas, sobretudo, nos centros urbanos, essas pessoas geram todos os dias cerca de 3 bilhões de quilos de resíduos (1).

Nesse contexto, um dos grandes desafios com que se defrontam as municipalidades do mundo é a definição de diretrizes e a concepção de políticas que garantam o desenvolvimento urbano e o gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos, a partir de parâmetros ambientais, sociais e econômicos. O desafio, sem dúvida, é grande. Mas, segundo Graham Alabaster, representante do Programa HABITAT das Nações Unidas, *"de uns dez anos pra cá, há mais informações disponíveis acerca do impacto do mau gerenciamento de resíduos sólidos sobre o ambiente... Outro fato de grande importância é que, entre políticos e agentes sociais, há realmente maior consciência de que o gerenciamento de resíduos é um aspecto importantíssimo dos novos órgãos de preservação ambiental."* (2)

Os países e suas cidades vêm buscando enfrentar essa questão por meio da organização de grupos de trabalho, da construção de parcerias, da elaboração de leis, de investimentos no setor e do intercâmbio de experiências trans-fronteiriças. Preservadas as particularidades, limitações e potencialidades de cada local, já se sabe que, antes de tudo, é preciso reduzir as quantidades de lixo. O planeta já não tem mais condições de absorver todos os resíduos gerados.

Como atesta a Agenda 21, resultante de uma construção conjunta entre mais de 100 países, o manejo ambientalmente saudável de resíduos não pode se restringir à simples deposição ou



Foto 2: Desperdícios

Como atesta a Agenda 21, resultante de uma construção conjunta entre mais de 100 países, o manejo ambientalmente saudável de resíduos não pode se restringir à simples deposição ou

aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados: deve ir além, procurando mudar padrões não-sustentáveis de produção e consumo. Os padrões a serem adotados devem ser norteados pelo conceito de manejo integrado do ciclo vital, o qual incentiva uma conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental (3).

Há algumas décadas, um número cada vez maior – embora ainda reduzido, em termos absolutos – de países tem buscado investir em campanhas e estratégias voltadas para a redução da geração de resíduos. Enfatiza-se a maior responsabilização do gerador de lixo e prioriza-se a diminuição dos materiais a serem enviados aos locais de disposição final. A França, por exemplo, desde 1975 tem inserido em sua política o princípio do poluidor-pagador, pelo qual cada gerador deve se responsabilizar pelo manejo e tratamento do lixo que produz. Na Alemanha, a população colabora reduzindo e segregando o lixo. Nesse país, os programas e políticas já estão em andamento há diversas décadas, e enfocam tanto a educação para a redução do lixo gerado como também a aplicação de elevadas taxas. No Brasil, a cidade de Belo Horizonte investiu em campanhas criativas e sistemáticas para sensibilizar a população quanto ao problema. São Paulo estabeleceu, recentemente, uma taxa de lixo que define o valor a ser pago de acordo com o que é gerado.

Em consonância com esse movimento, houve uma proliferação de investimentos no setor da reciclagem, que passou a ser, para poucos, uma promissora fonte de renda. Como exemplo, apontamos o caso do Brasil, que em 2002 ficou entre os maiores recicladores de alumínio do mundo.

Tal situação, a princípio positiva, suscita, no entanto, algumas reflexões. É fundamental alertar para o fato de que o país só alcançou essa classificação devido à existência da catação informal, atividade presente em inúmeros municípios do país, praticada pelos catadores e que vem se multiplicando, como reflexo direto da conjuntura socioeconômica brasileira. Somado a isso está o crescente interesse econômico das empresas em absorver esse material e reinseri-lo na cadeia de produção e consumo.

1.1.2. Brasil

A ausência de um sistema nacional de limpeza urbana ou de uma política para o setor, juntamente com a crise econômica, que tem como um de seus reflexos a redução dos investimentos no setor público, acabam levando ao sucateamento dos serviços de limpeza em muitas cidades brasileiras. Salvo raras exceções, esses serviços não são remunerados pelos tributos cobrados e dispõem de recursos técnicos limitados, que priorizam a simples coleta de resíduos, sem perspectivas de investimentos em programas

228.413 toneladas de lixo coletadas por dia

- *Quase todo lixo pode ser reciclado/compostado.*
- *3% são transformados em composto.*
- *1% é encaminhado a centrais de triagem.*

169.799.170 habitantes.

500 mil catadores de materiais recicláveis (4).

ambientais e sociais igualmente importantes. A necessidade de investimentos nesses tipos de programas é evidenciada, sobretudo, quando lembrado que o próprio conceito de lixo – e, conseqüentemente, de limpeza urbana – tem sofrido modificações nas últimas décadas.

Atualmente, uma significativa parcela da população já tem a consciência de que existem vários tipos de lixo. Da mesma forma, hoje em dia sabe-se que cada um desses tipos de lixo¹ merece um tratamento e uma denominação específica, e que o problema do lixo é uma questão que deve envolver toda a sociedade.



Foto 3: Catação no local de descarga

Como diz respeito também ao gerenciamento dos diversos lixos, o sistema de limpeza urbana acabou sofrendo modificações, incorporando outras dimensões, além da operacional.

No Brasil, mais de 50% dos resíduos são compostos por matéria orgânica.

Os programas de coleta seletiva e tratamento do lixo devem incluir essa grande parcela dos resíduos conhecida como lixo úmido. A compostagem pode ser a solução.

Esse processo de mudanças no olhar e na abordagem resultou no conceito de **Gestão Participativa dos Resíduos**. Nele, os resíduos são considerados de forma mais ampla, envolvendo diversas ações e atores, muitos anteriormente esquecidos. Inserem-se aqui agentes importantes, como a própria sociedade, e, mais especificamente, a figura dos catadores e catadoras.

A articulação entre as prefeituras e os catadores é desejada por uma razão básica: os primeiros são constitucionalmente responsáveis pela prestação dos serviços de limpeza que, em pequena escala, são executados pelos segundos.

Há mais de 50 anos, os catadores, por meio do trabalho informal, coletam os materiais recicláveis, jogados no lixo pela sociedade.

¹ A classificação do lixo pode ocorrer de diversas formas. Uma delas é quanto à origem. Nesse caso incluem-se, sobretudo, os resíduos domiciliares, comerciais, públicos, de serviços de saúde, industriais, agrícolas, construção civil e aqueles produzidos em locais de trânsito, como portos, aeroportos e rodoviárias. A Associação Brasileira de Normas Técnicas oferece outras classificações que dizem respeito, por exemplo, à periculosidade do material.

1.2. OS ATORES

1.2.1. A Prefeitura

Ao mesmo tempo em que a operação do sistema de limpeza custa caro, podendo consumir até 15% do orçamento municipal (5), os reflexos da crise econômica têm impactos sociais muito claros, como a multiplicação de catadores nos centros urbanos.

Consumir recursos públicos, muitas vezes insuficientes, para coletar bens descartados pela sociedade (mas com potencial de aproveitamento), transportá-los a um local de disposição final e terminar por enterrá-los não parece seguir nenhuma lógica econômica ou administrativa. Tal situação torna-se ainda mais evidente quando se considera o fato de que esses produtos possuem valor comercial e que representam uma possibilidade de renda para uma parcela significativa da população.

O poder público, na condição de agente de desenvolvimento municipal, se defronta então com o desafio e a oportunidade de modificar a lógica do sistema de gestão de resíduos, muitas vezes já enraizada, e viabilizar políticas públicas de incentivo a programas de coleta seletiva, com inclusão social.

Algumas prefeituras, motivadas por diversas razões e com variados graus de compromisso, implantaram programas de coleta seletiva em suas administrações. Hoje se contabilizam cerca de 450 iniciativas diretamente ligadas a prefeituras (6). Tendo em vista que o país possui 5.561 municípios, nota-se que tal número ainda é relativamente pequeno. Como cada uma dessas experiências guarda particularidades em termos do objetivo visado, das possibilidades locais e da estratégia adotada, não se pretende aqui apresentar receitas e nem modelos de programas e políticas que possam ser seguidos e replicados.

O fundamental é que o administrador, com o apoio de outros atores responsáveis pela elaboração de políticas públicas e pela criação de instrumentos legais, como os vereadores, perceba o catador e a catadora como parceiros na definição das diretrizes de governo relativas ao manejo responsável e sustentável dos resíduos gerados na cidade.

É preciso que todo administrador público perceba a gestão participativa de resíduos como uma política institucional, para que, dessa forma, possa buscar soluções social e ambientalmente adequadas para a problemática dos resíduos.

Com a sedimentação das discussões, outras necessidades vão surgindo...

Algumas prefeituras já estão percebendo que a implantação de políticas participativas de resíduos depende, em primeiro lugar, de uma vontade e de um compromisso político.

Essa vontade e esse compromisso dependem, por sua vez, de outras ações que facilitem ou garantam a sua implementação. Dois aspectos são fundamentais: **respaldo jurídico** e **social**.

No caso do respaldo jurídico, é importante consultar os documentos legais do município, do estado e da federação. **Políticas Estaduais de Resíduos Sólidos** já estão implantadas em diversos estados, como Bahia, Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e em muitos outros ela está em discussão.

Mesmo que o município faça parte de um estado onde essa política ainda não tenha sido implantada, é importante avaliar o que pode ser realizado no âmbito municipal, como a elaboração de **regulamentos de limpeza urbana**, por exemplo.

O fundamental é que *"as políticas oferecidas não apresentem defasagens com a concepção social e política do cidadão-catador"* (Elionor Brito – COMLURB/RJ).

Carece-se de uma política nacional para o setor de resíduos. Em diversos casos, os projetos de lei, embora já tenham sido apresentados, ainda não se consolidaram em uma política efetiva. No entanto, isso não significa que os municípios devam se acomodar.

Contudo, muitas vezes as leis acabam ganhando interpretações diferentes, ou são cumpridas apenas parcialmente. Um grande trunfo de uma boa administração é conquistar o **apoio popular**. Mas, para que isso ocorra, a população tem de ser informada, sensibilizada e envolvida nas ações.

Para que uma lei adquira efetividade – ou seja, "pegue" –, é necessário que a coletividade a considere necessária, benéfica e justa, e que seu cumprimento se incorpore aos atos cotidianos da população.

Depoimento

"Garantia de permanência da cooperativa e de programas não existe, depende do governo que entrar. Você sabe que contra a arbitrariedade não existe lei. Então, podemos arrumar tudo, e se vier outro e quiser desmontar, ele desmonta, mas nós também trabalhamos politicamente com organização comunitária e com a conscientização da população, nós temos que manter o governo democrático e popular"

Ivanize Carvalho – SESAN /Belém

Alguns dos papéis da prefeitura (7)

Agente facilitador	Agente implementador
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre diferentes atores envolvidos no processo. • Abertura de diálogo com os catadores. • Incentivos ao mercado de recicláveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização social. • Disponibilização de infra-estrutura para os programas. • Elaboração de instrumentos jurídicos.

Os relatos das experiências de coleta seletiva em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo – apresentados no capítulo seguinte – contribuirão para ilustrar e ampliar essa relação de papéis que podem ser atribuídos ao poder público municipal na construção de programas compartilhados e participativos de coleta seletiva.

1.2.2. O catador: de excluído a parceiro

Falta de formação técnica, moradia e emprego, família para sustentar... É assim que começa o relato de muitos dos catadores e catadoras que segundo pesquisa do Unicef² realizada em 2000, estão presentes em 3.800 municípios brasileiros, atuando em lixões e nas ruas do país.

Esse grupo de trabalhadores, conhecidos como catadores, carapirás, trapeiros, burros sem rabo, carrinheiros e carroceiros, exercem uma mesma função: encontrar, nos materiais descartados por uma sociedade da qual são excluídos, um meio de sobrevivência. Legítimos agentes ambientais, esses profissionais são responsáveis por 90% dos materiais que chegam às indústrias recicladoras (8), desviando materiais que seriam dispostos em lixões ou aterros das cidades como inservíveis e re-inserindo-os na cadeia produtiva como matéria-prima secundária.



Foto 4: reunião de membros da ARO com a COOPAGRES

O que os diferencia entre si é o local onde catam, os instrumentos que usam e o nível organizacional e de articulação de que dispõem.

Existem aqueles que tem como local de trabalho o espaço de descarrego dos caminhões nos lixões e aterros, como é o caso de catadores de Olinda e Muribeca – organizados, respectivamente, na Associação de Recicladores de Olinda (ARO) e na Associação dos Recicladores de Muribeca – da Associação dos Carapirás, em Macapá, e da Cooperativa Mista de Produção e Trabalho do Estado de Goiás, em Anápolis.

Existem também os catadores que utilizam carrinhos para desempenhar sua função. Eles podem ser "autônomos"³, dependentes de depósitos ou associados a organizações. Na triagem das sacas de lixo ou no recebimento de doações, eles encontram o sustento da semana.

² A Unicef, com o apoio da organização não governamental Água e Vida e do Fórum Nacional Lixo & Cidadania, realizou diversos levantamentos junto aos municípios do país com o intuito de conhecer a situação brasileira em termos de disposição final dos resíduos, das atividades de catação e da presença de crianças em lixões. O resultado dessas pesquisas pode ser consultado no site <http://www.lixoecidadania.org.br>.

³ Nesse caso, a autonomia limita-se ao fato de esses catadores serem donos de seu próprio carrinho. Isso lhes confere liberdade de escolha sobre onde catar e para quem vender. Contudo, na maioria das vezes, existe uma relação de dependência com o comprador dos materiais, sobretudo na definição do valor das mercadorias.

Exemplos dessa última formação são os carrinheiros da ASMARE, em Belo Horizonte, e de diversas cooperativas do Rio de Janeiro, como a COOPERSUL.

Existe ainda a classe composta por catadores que saíram ou não das ruas e tem nas esteiras de triagem o seu local de trabalho. Em geral, esses trabalhadores são membros de alguma organização de catadores, triadores ou recicladores. Cidades como Caxias do Sul e Porto Alegre apresentam vários exemplos dessa composição.

Alguns desses catadores consideram a função que exercem como uma atividade transitória. Outros, por sua vez, dizem frases do tipo *"hoje eu estou catador, amanhã eu não sei"*. Há ainda aqueles que lutam pelo reconhecimento da categoria e também estão em busca de mudanças, mas não de profissão, e sim das circunstâncias do trabalho.

Depoimento

"Um dia perguntaram qual era a minha profissão, e eu respondi: 'Catador, ué'. Se a gente não mudar essa visão de que catação não é trabalho, a gente não vai melhorar."

Antonio Chucre – Vice-presidente da Associação dos Carapirás

"O nosso problema é que a sociedade interpreta a ação do catador como aquele desempregado que precisa de cesta básica... Os catadores de recicláveis são como profissão qualquer – pedreiro, carpinteiro –, só que eles trabalham com material descartado pela sociedade."

Erik – Presidente da COOPAGRES/ Recife

Ontem	Hoje
<ul style="list-style-type: none"> • invisíveis, marginalizados, individuais; 	<ul style="list-style-type: none"> • compõem uma categoria profissional – Catadores de Material Reciclável – reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002 e participam e organizam encontros e fóruns de discussão;
<ul style="list-style-type: none"> • eram vistos como vítimas. 	<ul style="list-style-type: none"> • têm voz, falam de conquistas, expressam desejos.

Tudo ainda é incipiente em se tratando de um segmento cuja cidadania se perdeu nas ruas, nos rejeitos dos lixões e na pressa da sobrevivência. Porém, todo esse movimento só adquire sentido se for uma construção coletiva – entendendo-se, nesse caso, a coletividade em sua plenitude.

O processo de construção

É difícil delimitar uma data, uma ação desencadeadora das discussões. A atividade de catação desorganizada e desamparada provavelmente nunca foi aplaudida, mas era ignorada, ou então os esforços eram insuficientes diante da necessidade, e acabavam diluindo-se. Faltava reunir e transformar indiferenças e indignações na construção de proposições, políticas e perspectivas.

Nesse contexto nacional, surgiram algumas reflexões que merecem destaque. Talvez o principal impulso para esse processo tenha se dado a partir da vinculação estabelecida entre as idéias de **lixo** e **cidadania**.

O gerenciamento eficiente do lixo passou a ser uma questão de cidadania. E, para isso, percebeu-se que a forma de tratamento do lixo também precisaria mudar. Sistemas tradicionais de limpeza urbana, com um olhar limitado a aspectos técnico-operacionais, devem ser substituídos por uma gestão participativa e integrada dos resíduos urbanos. Essa mudança de paradigma, com dimensões mais amplas em termos de ações e de atores, teve como reflexo mais recente a criação, em setembro de 2003, do **Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo**, determinada pelo presidente da República. O principal objetivo do grupo é a formulação de um projeto de combate à fome, no âmbito do Programa Fome Zero, associado à inclusão social dos catadores e à erradicação dos lixões (9).

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania

Em meados de 1998, um grupo constituído por diversas instituições, e incentivado pela Unicef, criou, em Brasília, na sede dessa agência da ONU, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Um ano mais tarde, esse fórum lançou o Programa Nacional Lixo & Cidadania e a campanha "Criança no Lixo Nunca Mais". A motivação do programa foi a constatação de que cerca de 45 mil crianças trabalhavam com o lixo no país.

Principais objetivos:

- Retirar as crianças do trabalho no lixo, oferecendo alternativas à renda da catação e vaga nas escolas.
- Ampliar a renda das famílias que vivem da catação por meio de capacitações e da priorização dos mesmos em programas de coleta seletiva.
- Erradicar os lixões e recuperar as áreas degradadas.

Em consonância com essas medidas, e motivados por esse movimento de cunho nacional, em 2001 realizou-se, em Brasília, o primeiro Encontro Nacional de Catadores, que reuniu 1.300 delegados, de 17 estados.

Reivindicações:

- Reconhecimento da profissão.
- Disponibilidade de linhas de financiamento para a categoria.

- Aplicação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que privilegie as associações e cooperativas de catadores.

Resultados:

O Encontro, juntamente com as demais ações realizadas, ajudaram a fortalecer a categoria e consolidaram uma identidade coletiva que acabou dando origem ao Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, hoje com núcleos espalhados em várias regiões do país.

Esse sentimento de pertencimento dos catadores foi levado aos espaços de trabalho, às residências e às mesas de decisão. Paralelamente, foram sendo constituídos fóruns estaduais e municipais.

Novos parceiros aderiram ao compromisso, e atualmente o Fórum Nacional é formado por 56 instituições governamentais, não governamentais, sociais, financeiras, religiosas, movimento de catadores e catadoras, da iniciativa privada, Ministério Público⁴ e outras.

Sempre apoiado por instituições fraternas, governamentais e outras, o movimento dos catadores percebeu a necessidade de ampliar essa discussão, e organizou, em janeiro de 2003, o **1º Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis**, realizado em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Cerca de 1.000 pessoas, entre catadores e técnicos de países como Brasil, Argentina, Uruguai, Canadá e México se reuniram para discutir a gestão de resíduos em seus países e buscar soluções comuns.

Dessas experiências e intercâmbios brotaram os sentimentos registrados na "Carta de Caxias do Sul", que, além de um desabafo, é também uma reivindicação de que *"...o trabalho e as organizações de catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos"*.

Dentro desse modelo, surge um outro ator de fundamental importância: o poder público municipal. Cientes da importância das prefeituras na implantação de programas e políticas de coleta seletiva, os catadores presentes no Congresso decidiram incluir, entre os 18 compromissos destacados na Carta, o de *"lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de catadores"*.

A conquista mais recente dessa luta foi apresentada em Belo Horizonte, por ocasião do **II Festival Lixo e Cidadania**. O evento reuniu o meio acadêmico, o setor público e privado e catadores de inúmeras cidades brasileiras, incluindo também representantes do movimento de catadores de países como Colômbia e Venezuela.

A experiência do Festival mostrou que os projetos almejados precisavam ser desenvolvidos com responsabilidade e, acima de tudo, por meio de parcerias, com a formação de uma rede de economia solidária. Por ocasião do Festival, a ASMARE, juntamente com diversas outras

⁴ O Ministério Público tem sido um parceiro atuante, sobretudo no que tange a aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC – junto a prefeituras com crianças trabalhando em lixões e aterros.

organizações de catadores de municípios de Minas Gerais, apresentou a conquista mais recente da **Rede de Economia Popular Solidária** estabelecida entre essas entidades e representantes do poder público das cidades onde elas estão situadas. Por meio de um amplo trabalho de articulação e mobilização, desencadeado pela Pastoral de Rua e a ASMARE, a rede de economia solidária foi sendo tecida.

O grupo que a compõe acaba de obter os meios financeiros para concretizar um de seus objetivos: o domínio da cadeia produtiva de materiais. O Banco do Brasil, BrasilPrev e o Ministério do Trabalho repassaram recursos para que sejam iniciadas as obras de construção da fábrica de beneficiamento de plástico, a ser gerenciada pelos catadores que formam a rede.

Essa conquista é um exemplo claro da importância do envolvimento de diversos atores no fortalecimento da classe de catadores, os quais, quando bem organizados e apoiados, têm condições de transformar sonhos em realidades.

1.2.3. Coleta seletiva com inclusão social: uma oportunidade de unir forças

A importância do compromisso do administrador público e do catador na construção de políticas municipais voltadas para uma gestão participativa dos resíduos sólidos com inclusão social torna-se ainda mais evidente quando se entende a dimensão dos benefícios potencialmente gerados.

Vantagens

- A prefeitura ganha ao propiciar mais oportunidade e qualidade de vida para uma parcela de sua população.
- Obtém vantagens também em relação aos custos com a operação do sistema de limpeza, uma vez que, com a coleta seletiva, parte dos resíduos ganha outro destino, permitindo economias, por exemplo, nos custos de aterramento do lixo.
- Para os catadores, também é vantajoso, na medida em que saem da informalidade e passam a ser reconhecidos por seu trabalho como agentes ambientais e econômicos, exercendo assim sua cidadania.
- A sociedade, por sua vez, ganha por participar de um programa que proporciona um ambiente de maior qualidade e que defende a inclusão social e a preservação ambiental.

Preceitos para um programa de coleta seletiva com inclusão social

Como já foi dito anteriormente, a intenção desta publicação não é receitar fórmulas milagrosas de programas que estão dando certo. Afinal, o que funciona em uma cidade pode se revelar uma experiência frustrada em outra região. Para que a melhor escolha possa ser feita, o

primeiro passo é entender a complexa rede de forças, interesses e atores envolvidos na cadeia de produção de resíduos.

Da lata de lixo às indústrias recicladoras

Desde a geração do material até a sua chegada à indústria, os materiais recicláveis percorrem um longo caminho.

Na rua, por meio de doações ou da seleção a partir do material bruto, o **catador** faz a sua coleta de materiais. Um catador de rua pode chegar a empurrar 500 quilos de material em seu carrinho, o que representa um esforço físico imenso, desproporcional ao baixo retorno financeiro obtido.

Como, ainda assim, em termos de escala industrial o volume é pequeno, a atividade do catador não desperta o interesse da indústria, e esse material acaba passando por vários compradores até ser re-inserido na cadeia de produção.

Provavelmente esse catador irá vender o material à categoria que está acima dele nessa hierarquia social. Ele vende para um grupo organizado de catadores, como uma **associação ou cooperativa**, ou para o que se conhece como **ferro-velho, sucateiro, deposeiro ou intermediário**.

O volume limitado, a baixa qualidade do material – muitas vezes contaminado – e a dificuldade de negociação levam-no a vender o seu esforço de um dia inteiro de trabalho por um preço muito inferior ao valor real da mercadoria.

Esses intermediários e as próprias organizações de catadores também se defrontam muitas vezes com a questão do volume, e acabam tendo que vender os seus materiais a **aparistas e compradores de grande porte**, os quais finalmente encaminham o material às **indústrias**.

Dados para reflexão

- Os **ferros velhos** têm um lucro em torno de **100%** sobre o preço oferecido aos catadores.
- As **empresas intermediárias**, beneficiadoras de material, têm lucro de **80%** sobre os ferros-velhos.
- Em 2002, o faturamento do mercado de reciclagem foi de **R\$ 4 bilhões**.
- A renda média mensal do catador é de R\$ 500,00⁵

(Fonte: Folha de São Paulo, 20/07/03)

Duas ações são essenciais para garantir que o material comercializado não "passe por tantas mãos" antes de chegar às indústrias recicladoras e que os catadores sejam corretamente recompensados por seu esforço: trabalho organizado e agregação de valor ao material coletado – aumento de volume e qualidade do reciclável.

Cabe lembrar também que o lixo não precisa e não deve seguir apenas esse caminho.

⁵ Em diversos locais essa média não chega a R\$ 200,00

Aqui é pertinente lembrar da campanha dos 3Rs. A filosofia presente em qualquer fluxo do lixo deve ser a seguinte:

Antes de tudo, repense seus valores e necessidades de consumo:

Reduza

Alguns bens já utilizados podem ganhar nova finalidade:

Reaproveite

Faça parte dos programas de coleta seletiva: apóie a

Reciclagem

*A mão com que eu cato o lixo
Não é a que eu devia ter
Não tenho para ganhar
Na mesa da minha casa
O pão bom de cada dia.
Como não tenho, aqui estou
Catando lixo dos outros,
O resto que vira lixo.*

*Não faz mal se ficou sujo,
Se os urubus beliscaram,
Se os ratos roeram pedaços,
Mesmo estragado me serve,
Por que fome não tem luxo.
A mão com que cato o lixo
Não é a mão que eu devia ter.
Mas a mão que a gente tem
É feita pela nação.*

...

Thiago de Mello, Mão do Lixo

CAPÍTULO 2

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Esta parte da publicação é voltada para uma descrição reflexiva de algumas das experiências de coleta seletiva registradas no país. A escolha pela inclusão de determinadas iniciativas, em detrimento de outras, não foi tarefa fácil. Como preservar algum critério de representação em um país tão heterogêneo? Além disso, como alcançar a grande maioria dos municípios que apresentam uma população inferior a 50 mil habitantes, mas cujas iniciativas ou registros de atividades e programas são escassos?

Para tanto, optou-se por seguir alguns critérios:

- a maior disponibilidade de informações e/ou a viabilidade de visitas a campo;
- o tempo de existência e/ou do registro das iniciativas;
- o compromisso do poder público municipal;
- o envolvimento dos catadores por meio de composições organizacionais, como cooperativas e associações juridicamente constituídas ou em processo de legalização;
- a representação geográfica.

Metodologia

Foram analisadas experiências desenvolvidas nas regiões sul, sudeste, norte e nordeste. Apesar de apresentarmos alguns dados sobre experiências na região centro-oeste, caberia aprofundar o estudo nessa região. Os dados, informações e depoimentos aqui apresentados foram coletados a partir de análises de fontes secundárias, de visitas a campo e de entrevistas com representantes de órgãos municipais de limpeza pública, interlocutores – como organizações diversas da sociedade civil – e com catadores organizados.

A preocupação fundamental que orientou tanto a coleta como a análise das informações foi a de compreender os processos de criação dos programas de coleta seletiva desencadeados nas diferentes regiões metropolitanas. Nesse sentido, procurou-se destacar de que forma surgiu o programa, sua construção, as inovações, dificuldades e acertos, bem como as idéias a serem replicadas.

2.1. BELÉM DO PARÁ

Nasce uma idéia

Em Belém, os primeiros sinais de um trabalho de gestão compartilhada de resíduos com inclusão social coincidem com o início de um longo trabalho de melhorias sociais, ambientais e operacionais no local utilizado para a disposição do lixo da cidade. Naquele momento – 1997 –, um novo governo assumia a administração.

Depoimento

"O cenário no lixão e na cidade era complexo: o lixão, na melhor acepção da palavra, reunia entre 500 a 600 excluídos da sociedade, e não eram apenas adultos, pelo menos 100 eram crianças, entre as recém-nascidas, aquelas ainda no ventre e adolescentes que compartilhavam o espaço com mais de 120 mil urubus."

Elias Sabat – SESAN

Como proceder diante dessa situação? Essa foi a pergunta que Belém lançou ao país, convocando vários seminários de debate.

O desafio e o compromisso do governo, resultou numa concentração de esforços em busca de solução para o local.

Na Prefeitura, o órgão à frente das ações foi a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN).

Em termos técnicos e ambientais, a opção escolhida foi a transformação do lixão em aterro sanitário, a partir de um projeto de biorremediação, que compôs o **Projeto de Saneamento Ambiental do Complexo do Aterro Sanitário do Aurá**.

Paralelamente, subprojetos foram sendo desenvolvidos para atender às demandas sociais. O Projeto Sementes do Amanhã permitiu o encaminhamento de mais de 200 crianças envolvidas na catação para um local com acesso a diversos programas sociais da Prefeitura. O Projeto de Desenvolvimento Humano das Comunidades do Aurá foi criado não só para dar apoio aos adultos presentes no lixão, mas também às pessoas residentes no entorno do local, que vinham se estabelecendo nos últimos dez anos e que hoje se distribuem entre oito comunidades.

O modelo em construção

Desde o início, percebeu-se que um programa diretamente ligado à atividade desempenhada pelos catadores – como a construção de cooperativas e usinas de triagem –, ou que se limitasse ao planejamento técnico-operacional da transformação do lixão em aterro, não atenderia à

complexa relação de demandas e necessidades envolvidas. Em razão disso, optou-se pela criação de subprojetos de caráter social e ambiental.

Foi justamente o caráter abrangente do trabalho que o levou a ser considerado uma das 10 melhores práticas de saneamento do país em 2002 pelo Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local⁶.

A primeira etapa dos trabalhos com os catadores consistiu na identificação das pessoas, suas histórias e potenciais. Tais dados orientaram a administração, no sentido de identificar os projetos em andamento que poderiam absorver alguns dos catadores. Assim, foi possível a remoção de uma parte das pessoas que viviam na área de descarga dos caminhões de lixo, com a garantia de que lhes seria oferecida uma fonte de renda alternativa.

Perfil dos catadores

O estudo realizado na área revelou que o catador "típico" não possuía sequer o 1º grau completo, morava numa das cidades vizinhas ao aterro e obtinha um rendimento mensal inferior a um salário mínimo. Pouco mais da maioria tinha a catação como única profissão.

A partir de seus potenciais, limitações e desejos, alguns deles formaram um grupo chamado Recicladores do Aurá e foram incluídos em programas e ações da Prefeitura, como Ver o Rio, Sementes do Amanhã e Coleta Seletiva em shopping center.

Vale citar que toda essa trajetória de planejamentos e ações foi realizada de forma conjunta, envolvendo várias secretarias municipais e diversos atores externos.

Depoimento

"Nós conseguimos reunir todos os elementos, todas as nossas programações e políticas públicas de todas as áreas: saúde, educação, infra-estrutura, participação popular, todas elas vieram se consolidando neste grande projeto."

Ivanize Carvalho – SESAN

Um exemplo concreto dessa articulação e de sua dimensão além das secretarias foi a construção de parcerias com shoppings da cidade, agências bancárias, promotores de eventos e empresas para o recolhimento e a comercialização de materiais recicláveis pelos catadores.

Assim, em 2001, motivados pela Prefeitura, 39 catadores do aterro resolveram criar uma cooperativa, a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá – (COOTPA). Em seu

⁶ Essa iniciativa da Caixa Econômica Federal é uma ação de apoio à implementação da Agenda Habitat no Brasil e uma perspectiva de premiação de práticas nacionais no Prêmio Global de Excelência do Prêmio de Melhores Práticas das Nações Unidas, patrocinado pela Municipalidade de Dubai, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Para maiores informações, consulte os sites www.bestpractices.org, www.caixa.gov.br, www.ibam.org.br e [//dubai-award.dm.gov.ae](http://dubai-award.dm.gov.ae).

estatuto, a COOTPA prevê o exercício de suas atividades profissionais nas áreas de serviços de limpeza, conservação e manutenção de prédios e logradouros públicos, bem como a operacionalização de centro de triagem, reciclagem e compostagem de resíduos sólidos e outras atividades profissionais (Art 2º – Estatuto da COOTPA).

Atualmente, existem 450 catadores cadastrados, sendo que, deste total, 220 mantém vínculo com a cooperativa.

Depoimento



Foto 5: Dona Maria

"Trabalho aqui há 12 anos. Todo dia de manhã venho, cato material Qboa⁷, plástico fino, papel, PET e plástico duro e ensaco todo meu material e 2 horas despacho para a cooperativa, aí ela pesa tudinho e paga na hora. Eu faço por dia R\$ 5,00 a 7,00."

Indagada sobre os benefícios surgidos com a criação da cooperativa, Maria das Graças respondeu:

"É a mesma coisa, o preço da PET é R\$ 0,15, a Qboa e o plástico fino também é R\$ 0,15. É o mesmo preço que o sucateiro, porque eles têm que ir no ritmo da cooperativa. O que melhorou mais foi que agora ficamos de dia. Antes, a gente só trabalhava à noite, com medo da polícia. Eles criaram a cooperativa, mas a cooperativa que nós temos não coisa certo com a gente. Porque nós não tem bota, nós não tem luva, nós já conversamos, mas os que estão trabalhando lá não cooperam com a gente, então não é uma cooperativa."

Maria das Graças – associada da COOTPA

Talvez a relação de trabalho estabelecida se explique pela nítida dificuldade apresentada por Maria em perceber que o aumento do preço das mercadorias e a possibilidade de trabalho diurno estão diretamente ligados à criação da cooperativa e ao trabalho que vem sendo desenvolvido no local. Mais ainda: ela não se coloca nem como parte integrante dos responsáveis pelas conquistas, e nem como beneficiária das mesmas.

Muito provavelmente isso é reflexo de uma história familiar de perpetuação dessa condição de catador desinformado – todos os membros da família catam no aterro, que já serviu de moradia a família – e que dificulta a esperança de um outro horizonte, com um trabalho mais digno, com botas e luvas. E tal pensamento não reflete apenas a posição de uma minoria: o próprio presidente da cooperativa, Benedito, catador há 18 anos, declara que ele mesmo *"não sabia o que era cooperativa. Aí, fui lendo o estatuto e aprendendo. Aí não sabíamos o que era cooperativa, catar é que a gente sabia bem"*.

⁷ Qboa é uma marca de água sanitária. Os polietilenos de alta e de baixa densidade são genericamente chamados de Qboa pelos catadores da cooperativa.

Mas, como afirma Maria Trindade, diretora comercial da COOTPA, "é nossa obrigação fazer eles entenderem que a mudança é possível, temos que correr atrás, e pra isso temos também que continuar indo lá em cima⁸ e trabalhando com eles".

Maria Trindade, junto com outros colegas da cooperativa, faz parte do Movimento Nacional de Catadores. A possibilidade de intercambiar experiências e de traçar estratégias comuns encontrada nos encontros do movimento certamente contribuiu para que hoje ela tenha clareza sobre a necessidade de envolver a coletividade de catadores nos trabalhos e da importância de se democratizar as informações.

Para suprir algumas dessas carências, determinados programas têm sido desenvolvidos junto aos catadores e também a moradores do entorno do aterro, tais como o programa MOVA, de alfabetização de jovens e adultos, que atualmente beneficia 67 catadores. Um dos diferenciais apresentados por esse projeto é que as aulas são ministradas por duas catadoras, o que garantiu um maior número de alunos.

Outra ação implementada no local foi o oferecimento à população de 12 cursos técnicos ministrados pelo SENAI, que beneficiaram mais de 140 pessoas.

COLETA MECANIZADA

O contêiner que você recebeu na sua casa ou condomínio para depositar o seu lixo domiciliar não separado, exceto entulho, é de sua responsabilidade. Para isso, alguns cuidados devem ser tomados:

1. Coloque o lixo em saco plástico e depois deposite-o no contêiner.
2. Conserve o contêiner sempre bem fechado.
3. Uma hora antes da coleta passar, coloque o contêiner na frente do seu domicílio. A coleta é porta a porta.
4. Lave regularmente o seu contêiner, conserve-o sempre limpo.
5. Guarde-o em local adequado após a coleta.

PARA SABER MAIS:
 Tel. 277 17 17
sesan@cinbesa.com.br
ascon@cinbesa.com.br

COOTPA
 COOPERATIVA DE CATADORES
CAIXA
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

BELEMDOPARA
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
 E SUSTENTABILIDADE

www.prefeitura.debelem.com.br

SEPARE SEU LIXO.

LEVE AO POSTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA-PEV MAIS PRÓXIMO.

COLETA SELETIVA E MECANIZADA. BELEM CADA VEZ MAIS LIMPA.



VIDRO
 PAPER
 PLÁSTICO
 METAL

Através de um financiamento da Caixa Econômica Federal, a Prefeitura está concluindo a construção do Centro de Triagem, que incluirá 120 trabalhadores na seleção, prensagem, enfardamento e administração. Para tal, 35 trabalhadores foram treinados pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Pará com vista ao gerenciamento do Centro de Triagem. Também está em fase de implementação, com financiamento da Caixa, o Campo de Produção de Gramíneas. Este absorverá 70 trabalhadores do Aura na produção e comercialização de gramínea numa área dentro do Aterro Sanitário, garantindo a geração de emprego e renda aos catadores.

Folder 1 – Coleta seletiva

⁸ Há um distanciamento físico entre o local de catação – local de descarga dos caminhões – e a estrutura administrativa da cooperativa, situada na entrada do aterro, próxima à sede administrativa do aterro.

Vamos à coleta seletiva

A Prefeitura de Belém iniciou em 2003 a entrega de 7.500 contêineres à população para o acondicionamento de resíduos orgânicos. Ao longo do processo, um grupo que reúne catadores e funcionários orienta a população a encaminhar os recicláveis aos 80 PEVs (Pontos de Entrega Voluntária) distribuídos em quatro bairros da cidade. Cabe, contudo, alertar para o fato de que não há uma garantia real de que a disponibilização gratuita de contêineres leve a população a fazer uso dos PEVs.

O material é coletado por um grupo de catadores, com o suporte da SESAN, e enviado a locais de apoio do grupo, nos quais são beneficiados e vendidos. Mas o volume recolhido ainda é muito baixo.

Como a vontade é a de que os PEVs estejam presentes em todos os bairros, há a possibilidade de absorção de mais pessoas, desde que a população colabore, garantindo um acréscimo no volume de material.

A lógica funciona assim:



Maiores dificuldades

- Resistência inicial do grupo de catadores.
- Desafio de alternativas de geração de renda para um grupo tão amplo.
- Disseminação do espírito cooperativista entre os membros da COOTPA.
- Remoção dos materiais depositados nos PEVs por catadores de rua.

Aprendizados e idéias para replicar

- Transformar lixo em aterro é processo que não pode envolver a interrupção imediata do acesso do catador à sua fonte de trabalho e renda.
- A criação de um grupo organizado de catadores pode ser responsável pelo aumento de preços de produtos comercializados no local de descarga.
- Investir na matéria humana vale a pena: grupo de crianças do Sementes do Amanhã, hoje adolescentes, criaram a Associação de Produtores de Plantas e Artesanato da Juventude das Comunidades de Águas Lindas e Aurá.
- O trabalho social não pode se limitar ao foco do problema. Em muitos casos, o entorno é reflexo da mesma situação. Muitas vezes o trabalho leva tempo. É importante que os programas sejam colocados em prática desde o início da entrada de uma nova administração pública.

Inovações

- Trabalho de cunho mais amplo, proporcional ao tamanho do desafio.
- Trabalho de conscientização realizado entre catadores e técnicos.
- Criação de bolsa trabalho para catadores.
- Perspectiva de diversificação de ações da cooperativa.

2.2. BELO HORIZONTE

Nasce uma idéia

No final da década de 1980, os catadores de Belo Horizonte, já presentes no município há muitos anos, ganharam uma identidade de grupo, graças ao trabalho desenvolvido entre a Cáritas Brasil e a Pastoral de Rua. Nasceu, naquele momento, a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte).

As ações de coleta seletiva tiveram início em 1989. Mas a parceria entre a Prefeitura, por meio de seu órgão de limpeza, a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), e a ASMARE foi selada somente em 1992, com a assinatura de convênio de cooperação entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana.

Já em 1990, a Lei Orgânica do município, em seu artigo 151, previa a coleta e a comercialização de materiais recicláveis por cooperativas de trabalho.

O papel dos catadores e a importância social e ambiental da coleta seletiva para uma cidade de mais de 2,3 milhões de moradores foi ganhando força e resultou no **Programa de Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos** da cidade e num **Projeto de Coleta Seletiva dos Recicláveis**, desenvolvido em parceria com os catadores.

O modelo em construção

Em termos de coleta seletiva, a Prefeitura apostou, antes de mais nada, numa campanha de sensibilização da população, por meio de diversas atividades educativas e lúdicas, que tinham como objetivo a redução, reutilização e separação de materiais. Alguns dos exemplos das estratégias de participação popular foram as campanhas nos transportes públicos da cidade, visando a redução do lançamento de lixo em vias públicas, e a organização do carnaval dos catadores, que já faz parte do calendário oficial de eventos da cidade, com fantasias confeccionadas a partir de materiais reaproveitáveis.

Essas ações eram orientadas por três pontos fundamentais:

- consistência tecnológica
- qualificação do material humano (trabalhadores)
- cidadania e participação popular

Três programas foram inicialmente criados, norteados por esses princípios: Compostagem de Resíduos Orgânicos de Grandes Produtores, Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Coleta Seletiva dos Recicláveis Inorgânicos.

O programa de coleta seletiva priorizou a estratégia dos **LEVs** (Locais de Entrega Voluntária). De acordo com esse modelo – o qual, em 1997, chegou a contabilizar 147 contêineres –, a população era orientada a encaminhar os seus materiais secos, para serem posteriormente coletados por caminhões da Prefeitura e doados à associação de catadores. A exceção é o vidro, que, desde o início das ações, tem sido encaminhado à Santa Casa da Misericórdia.

A outra forma de coleta é feita individualmente por **catadores** que empurram os seus carrinhos e coletam materiais potencialmente recicláveis, sobretudo na área central da cidade. Uma iniciativa recente, e ainda em fase experimental, é a introdução de carrinhos motorizados, que aliviam o esforço físico dos catadores. Dois protótipos criados pela SLU já estão em funcionamento, e a perspectiva é que, por meio de parcerias com o setor privado, novos exemplares sejam construídos.



Foto 6: Carrinho motorizado/arquivo SLU

Dados: 7km por hora, consumo de 0,5 litros de gasolina/ hora

O trabalho da ASMARE até hoje é apoiado pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e da SLU, que repassam mensalmente um determinado valor à instituição, a fim de cobrir gastos como uniforme, vale-transporte e aluguel de caminhões. De acordo com Geralda, uma das fundadoras da instituição, "*nós somos como prestadores de serviços pra Prefeitura, coletando material que iria pro aterro... Mas para alcançar a auto-sustentabilidade temos que fazer mais parcerias, e a gente corre atrás. Tamos caminhando pra isso agora, muita coisa aqui somos nós mesmos que resolvemos*".

De fato, a ASMARE, por sua própria conta, e também com o apoio de outras entidades, foi caminhando e ampliando sua estrutura e o seu leque de parceiros, chegando hoje a mais de 50 parcerias nacionais e internacionais.

Depoimento

"Trabalho aqui há 13 anos e continuamos juntos, porque juntos é que vencemos."

Maria dos Anjos, cooperada da ASMARE

70% do material coletado seletivamente na cidade é resultado do trabalho dos catadores, e não da coleta nos LEVs.

O reaproveitamento do entulho: outra iniciativa importante

Considerando que os entulhos podem chegar a compor, em peso, quase 1/3 dos resíduos da cidade, aproveitá-los é fundamental.

Em 1995, surgiu um projeto inovador de criação de uma estação de entulho, na qual o material da construção civil é processado e utilizado na pavimentação asfáltica e em blocos de vedação.⁹

Transformações

A partir de um seminário organizado no ano passado, o modelo de Belo Horizonte vem sofrendo algumas reformulações, como a criação de uma Diretoria de Coleta Seletiva, a modificação da estrutura dos LEVs e o investimento em coleta seletiva porta a porta ou condomínio a condomínio.

Outra transformação na cidade é o surgimento de algumas organizações de catadores – como a COOCAPEL (Cooperativa de Catadores de Papel) e a Cooperativa Solidária de Recicladores do Barreiro e Região – e a inter-relação estabelecida entre ambas e a Prefeitura.

⁹ O site da Prefeitura de Belo Horizonte apresenta alguns dados sobre a experiência da estação de reciclagem de entulho do Estoril. O endereço é www.pbh.gov.br/siga/limpeza/pampulhaestoril.

A COOCAPEL foi fundada por iniciativa de um dos representantes dos grandes depósitos da região, que vislumbrou na formação de uma cooperativa a possibilidade de se relacionar com um número maior e menos flutuante de catadores, garantindo assim quantidades maiores de material. Por outro lado, como meio de aumentar o volume de mercadorias comercializadas, essa cooperativa repassou, em forma de convênio, uma prensa e uma balança à Cooperativa do Barreiro, que, em troca, lhe é fiel vendedora. A SLU tem acompanhado a iniciativa e atuado como importante articulador entre os diversos atores envolvidos.

Depoimento

"Temos esperança de conseguir nosso próprio maquinário para termos maior autonomia. Mas, se fôssemos esperar por isso, não começávamos nunca. Por enquanto, estamos satisfeitos, já começamos o trabalho."

Tarcisio – Diretor da Cooperativa do Barreiro

A perspectiva é de que outras nove cooperativas sejam futuramente criadas, uma para cada região administrativa da cidade. Para isso, há um contrato da Secretaria de Planejamento com uma entidade não governamental, que ficará responsável pela formação e organização dos catadores.

As necessidades e possibilidades vão determinando novas constituições organizativas, e uma rede informal de relações vem sendo estabelecida.



Foto 7: Galpão da Cooperativa do Barreiro

Os depósitos – Embora presentes em todas as cidades em que há uma cadeia da reciclagem, na maioria das vezes atuam na informalidade e clandestinidade. Em Belo Horizonte, existem cerca de nove depósitos, que estão sendo regularizados com o apoio de atores como a promotória e a vigilância sanitária. *"O importante é lembrar que eles [depósitos e intermediários] movimentam uma quantidade de materiais muito maior do que a Prefeitura, e, pra isso, temos que aprender o que eles fazem de bom, e, através do diálogo e da regularização, minimizar o ruim"* (Itamar – SLU).

A SLU coleta em torno de 50 toneladas/dia de recicláveis.

Os depósitos, juntos, movimentam cerca de 1000 toneladas/dia de recicláveis.

Depoimento

"Mudança, a ASMARE veio pra ver esta mudança mesmo. Muitos depósitos mesmo já estão fazendo box para os catadores, já não estão deixando eles dormirem na rua. Pra nós é bom as outras organizações, porque nós sabemos que nós somos o país do desperdício, e é importante outros se envolverem."

Geralda – ASMARE

Uma dúvida:

Tendo-se em vista que a ASMARE é uma iniciativa bem-sucedida, uma associação de catadores que serve de exemplo ao país, por que só agora alguns dos outros cerca de 5.000 catadores começam a se organizar? Será que, por se tratar de um grupo tão consolidado, acaba desestimulando a criação de outras organizações?

Em Belo Horizonte, a experiência de coleta seletiva e gestão compartilhada já celebra dez anos de sucesso. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que a ASMARE, por meio de alianças e apoios estratégicos, conseguiu ter peso e visibilidade política suficientes para se manter como ator político em diferentes governos municipais. Mas, sem dúvida, o modelo operacional da associação ainda pode ser melhorado.

Dando frutos...

Um dos grandes diferenciais e indicadores do sucesso da experiência em Belo Horizonte são os frutos já colhidos do trabalho e do compromisso da ASMARE e da Pastoral de Rua. Alguns anos atrás, decidiu-se levar a experiência da ASMARE a outras cidades de Minas Gerais. Hoje, 33 municípios já receberam a visita e a orientação da equipe da ASMARE e da Pastoral, que, seguindo uma metodologia de trabalho, dissemina sementes e possibilita o surgimento de novas organizações de catadores.

O outro grande indicador é o fato de a coleta seletiva conseguir articular tantos segmentos de peso, como o poder público, o setor privado, organizações comunitárias, entidades internacionais e outras.

Maiores dificuldades

- As experiências de coleta seletiva porta a porta não foram adiante, pois os sucateiros chegavam antes dos caminhões da SLU.
- Equilíbrio entre paternalismo e parceria com organizações de catadores.
- Educação da população quanto ao uso dos LEVs.
- Garantir ao catador o volume de recicláveis necessário para sua sobrevivência num mercado competitivo em expansão, no qual o depósito e o intermediário levam vantagem.

Aprendizados e idéias para replicar

- "A ASMARE, a COOPAMARE, a Federação dos Recicladores do Rio Grande do Sul e outras iniciativas – que infelizmente, ainda são minoria – atuam no sentido de fortalecer o processo organizativo de moradores de rua e catadores de papel, fazendo a denúncia a toda ação de exclusão e violência, e criando com os mesmos alternativas de produção de bens e de cidadania" (Site da ASMARE).
- O mercado dos depósitos existe, e não é recomendável ignorá-lo: ao contrário, o importante é estabelecer diálogos e ações conjuntas.
- O fortalecimento do trabalho é gradual e demanda compromisso e paciência.
- Colocar-se como ator político forte e visível é fundamental para garantir apoio administrativo e permanência.

Inovações

- Reconhecimento oficial pelo poder público nos primórdios do programa da figura e do papel do catador na manutenção da limpeza da cidade.
- Disseminação da experiência da ASMARE em 33 municípios mineiros – parceria ASMARE e Pastoral de Rua, dentro de uma perspectiva de economia solidária.
- Perspectiva de implantação de fábrica de beneficiamento de plástico, articulação entre oito municípios envolvidos com a interlocução da ASMARE.
- Carrinhos motorizados.
- Identificação e implantação de alternativas para os resíduos de construção civil.

2.3. PORTO ALEGRE

Nasce uma idéia

Em 1989, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU), de acordo com as propostas da administração pública que acabava de assumir, passou a desempenhar um novo papel, atuando como um instrumento gestor das políticas públicas na área dos resíduos sólidos e tomando como principal diretriz o **Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**.

Motivado por questões ligadas à falta de locais para a disposição dos resíduos e à presença de pessoas que sobreviviam da garimpagem do lixo, o DMLU deu início às atividades de coleta seletiva na cidade.

No princípio, a relação entre o DMLU e os catadores foi estabelecida com a Associação de Mulheres Catadoras da Ilha Grande dos Marinheiros. Posteriormente, envolveu também a organização dos catadores que trabalhavam no antigo lixão da Zona Norte, resultando na estrutura atualmente em funcionamento.



Folder 2 – Coleta seletiva

Em Porto Alegre, o catador foi percebido como protagonista das atividades desde os primórdios do programa.

Depoimento

"Sempre entendemos [o papel do catador] como uma função conjuntural. Devem organizar-se em associações, para diminuir o risco de exploração do sistema. Damos preferência às associações que emanam da organização daqueles que tem experiência com a catação."

Ronimar – DMLU

O Código Municipal de Limpeza Urbana, Lei Complementar nº 234/90, é o instrumento legal que define o comportamento da população no referente à geração de resíduos.

O modelo em construção

O programa de coleta seletiva de Porto Alegre foi sendo implantado de forma gradativa, mas, em 1997, a coleta seletiva porta a porta já atingia todos os bairros da cidade.

Até 1991, todo o material coletado era destinado à Associação de Mulheres. Com a abrangência de outros bairros e o aumento da quantidade de material, foi possível a formação de outras associações. Atualmente, o lixo seco é coletado semanalmente e encaminhado às 11 **Unidades de Triagem (UT)** existentes, gerenciadas por associações de recicladores.

Em geral, as associações se localizam em pontos específicos da cidade e buscam absorver mão-de-obra de residentes das comunidades do entorno, priorizando a mão-de-obra do ex-catador de rua.

Uma das dificuldades com que a DMLU tem se confrontado – e que tem reflexos diretos na produtividade das unidades – é a redução no volume de materiais recicláveis coletados nas residências e nos **PEVs**. Devido ao grande número de atravessadores, catadores, papeleiros e carroceiros informais que chegam na frente dos caminhões da Prefeitura, o que sobra de fato a ser coletado pelo poder público municipal acaba sendo muito pouco.

Estima-se que atualmente mais de 3 mil catadores transitem pelas ruas de Porto Alegre em busca de recicláveis.

Algumas das soluções em discussão tratam da inserção desses catadores na **Federação de Recicladores**, que já conta com mais de 2 mil filiados. Outra possibilidade é o estabelecimento de um trabalho articulado entre as associações de recicladores e os catadores, a fim de que os primeiros absorvam o material coletado pelos segundos. Mas essas alternativas ainda estão em estudo.

Na opinião de alguns dos associados, os carrinheiros, inicialmente considerados a causa do problema de redução do volume de material, agora são vistos como a solução. *"Quem sabe eles começam a fazer entreposto de nossa unidade em outras regiões da cidade por onde ele circula, e aí a DMLU coleta o material e poderia trazer para nós"* (Luciano – Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada).

Uma característica interessante da construção do trabalho no Rio Grande do Sul foi a forte atuação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Ele foi realizador, junto com as outras comissões estaduais do movimento, do 1º Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis em Caxias do Sul, citado no primeiro capítulo. Hoje o MNCR conta com 55 bases organizadas em 17 cidades do estado totalizando mais de duas mil famílias que sobrevivem da coleta, triagem e comercialização dos materiais.

De acordo com Alexandre Camboim da Comissão Nacional do MNCR/RS, *"a diferença com os demais grupos é que o movimento vem nucleando bases de catadores nas comunidades onde existem grandes concentrações. Na capital são quase 500 famílias que lutam contra a exploração dos sucateiros e atravessadores, e pressionam o poder público (DMLU) para que este assine um convênio que garanta repasse financeiro, para subsidiar a inclusão dos catadores de rua no processo formal de coleta seletiva, utilizando para isso carrinhos e carroças, ao exemplo das cidades de São Paulo e Belo Horizonte"*.

As Associações

Todas as associações são juridicamente formadas, garantindo, assim, autonomia administrativa. Assim, apresentam composições, métodos de operação e perfis diferenciados. A associação responsável pela UT Campo da Tuca, por exemplo, percebeu que a contratação de adolescentes poderia ser um caminho para o aumento da escolarização e a redução da marginalidade entre jovens.

Já os membros da Associação Vila Pinto notaram que a partir da mobilização em torno das atividades da UT – hoje conhecida como Centro de Triagem Vila Pinto –, outras ações sociais poderiam ser desencadeadas na região. O resultado foi a criação do Centro de Educação Ambiental, o que permitiu a diversificação das ações e dos benefícios para a comunidade do entorno. Hoje a UT é apenas um dos vários programas que o Centro congrega.

As oito associações, em conjunto, geram trabalho para mais de 300 pessoas e movimentam mensalmente cerca de 200 toneladas de materiais recicláveis.



Fotos 8 e 9: Associações de Porto Alegre
Arquivo: Julio Pacca

Depoimento

"Nós aproveitamos a Unidade de Triagem e a Associação para o crescimento de toda a comunidade. Nós conseguimos uma mudança de olhares e um crescimento de auto-estima. Hoje nós sabemos que somos os médicos do planeta. Interessante que isso está até no inconsciente das mulheres que trabalham na triagem, porque elas usam luva cirúrgica para a segregação."

Marli Medeiros – presidente do Centro de Educação Ambiental

Outro diferencial entre o modo de trabalho e a abordagem das associações reside, por exemplo, na rotatividade dos trabalhadores. Luciano, presidente da Associação de Recicladores do Loteamento Cavahada, explica que *"a comunidade aqui tem cerca de 200 pessoas sem renda, e por isso optamos pelo regime da rotatividade. Algumas pessoas, umas 20 pessoas trabalham aqui uns dois meses e depois dão lugar a outras"*.

Depoimento

"O desafio é que o serviço evolua a tal ponto que carros com tração humana sejam substituídos; há ações para que estes catadores de rua venham a se organizar, constituírem associações e se libertarem dos intermediários, entretanto esta está sendo uma batalha muito difícil, pois a conjuntura atual está favorecendo o movimento dos intermediários."

Ronimar – DMLU

Considerando que, apesar das variações, algumas das associações de recicladores já estão na ativa há mais de cinco anos, como fazer para garantir uma maior sustentabilidade aos associados? Ainda hoje a DMLU é que arca com gastos de consumo, como eletricidade, e de manutenção de algumas peças.

Outras atividades de reciclagem:

Projeto suinocultura: Em 1992, teve início o Programa de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura. Sobras alimentares oriundas de refeitórios de empresas e de hospitais são coletadas e transformadas em ração para suínos.

Unidade de Triagem e Compostagem – UTC: Nas unidades, além da atividade com os materiais secos, trabalha-se também com os resíduos orgânicos, convertendo-os em composto. A construção de uma segunda UTC está em andamento.

Maiores dificuldades

- Garantir volume suficiente do material de recicláveis nas Unidades de Triagem, ao mesmo tempo que ocorre o crescimento do número de carroceiros e papeleiros nas ruas.
- Inserção dos catadores informais em atividades organizadas.
- Desestabilização do movimento na construção e eleição de lideranças.

Aprendizados e idéias para replicar

- O trabalho com os catadores deve integrar uma política institucional.
- O Fórum Lixo e Cidadania, Municipal e Estadual é um interlocutor de peso na identificação de soluções conjuntas e na mediação de conflitos.
- "O administrador tem que conversar com todas as partes envolvidas, e, principalmente, com a população, se possível de porta em porta, condomínio a condomínio" (Ronimar – DMLU).
- O Projeto de Suinocultura é uma alternativa para a parcela orgânica do lixo.

Inovações

- Coleta seletiva inserida em missão institucional do DMLU.
- Formação da Federação de Recicladores.
- Permanência dos programas por diferentes administrações públicas.
- Unidade de Triagem com mão-de-obra de adolescentes (com respaldo no ECA).

2.4. RECIFE

Pernambuco saiu na frente: além de ter sido o primeiro estado a elaborar a sua Política Estadual de Resíduos Sólidos, conta também com o Fórum Lixo & Cidadania.

Nasce uma idéia

Com uma população de mais de 1,4 milhão de habitantes, de origens diversas, Recife possui atualmente cerca de 1.500 catadores, na maioria migrantes do interior do estado, que encontram na catação de rua a sua principal fonte de renda.

Na capital pernambucana, percebeu-se que a coleta seletiva e o tratamento do lixo eram determinantes para a recuperação do meio urbano. Era necessário estimular a mudança de hábitos da população, o envolvimento do órgão de limpeza municipal e a identificação de meios alternativos de geração de renda para a população carente. Foram essas preocupações que motivaram a Prefeitura a implantar, em 1993, a sua primeira ação de coleta seletiva.

O poder público local, por meio de seu órgão de limpeza, a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana de Recife (EMLURB), iniciou um sistema de troca¹⁰ em 11 comunidades de baixa renda.

O modelo em construção

Nesse cenário, surgiu a **Coleta Seletiva Comunitária**, principal carro-chefe do programa. A Prefeitura disponibilizava a sua estrutura física e de mão-de-obra. Os recicláveis eram coletados pela própria comunidade, que, em troca, recebia ticket alimentação.

O material era encaminhado para uma central de triagem – gerenciada, por meio de um convênio, pelo grêmio de funcionários da instituição de limpeza –, para a qual era revertido o recurso da venda do papel e do plástico. O retorno com a venda dos outros materiais era depositado em conta da própria EMLURB.

De um programa centrado no órgão de limpeza e baseado em um sistema de troca, o projeto foi se desenvolvendo, ganhando outras intervenções e atores.

No início de 1997, estabeleceu-se uma parceria da Prefeitura com a organização não governamental Trapeiros do Emaús, numa iniciativa conhecida como **Projeto Reciclar**. Duas vezes por semana um caminhão da Prefeitura realizava coleta seletiva porta a porta nos bairros de classe média Torre e Madalena, e encaminhava o material para o depósito dos Trapeiros.

¹⁰ A cidade de Curitiba, uma das precursoras na implantação de programa de coleta seletiva o **lixo que não é lixo**, desenvolveu o Programa Câmbio Verde, de acordo com qual, em locais de baixa renda, o material reciclável é trocado por produtos alimentícios.

Essa organização é um exemplo real de que a recuperação e a reutilização de alguns bens é possível e, mesmo, necessária. A ação da entidade está concentrada na recuperação de móveis e de equipamentos eletrônicos, que são revendidos a preços populares.

As perspectivas são de que essa coleta seletiva em áreas privadas seja ampliada para outros bairros da cidade, por meio de articulações com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) e o Sindicato da Habitação (Secovi).

Paralelamente a essas duas ações, a Prefeitura distribuiu 40 PEVs – com perspectivas de ampliação para mais 40 – pela cidade, priorizando regiões de classe média. O material removido pela EMLURB é negociado diretamente com duas empresas, e o recurso é revertido para ações educativas da coleta seletiva.

Mudam-se as administrações públicas, reformulam-se projetos e redefinem-se responsabilidades

Depoimento

"Quando assumimos, em 2001, a gente viu que a EMLURB operacionalizava todo o serviço de limpeza, mas que ele ia além da operação, ia na própria gestão de outras questões. Tudo era centrado na EMLURB, inclusive a questão dos catadores, e aí abrimos o leque para que a EMLURB, e a própria gestão como um todo, se envolvesse na questão da integração."

Ademir Damião – EMLURB

Seminários abertos à população, com a participação de mais de 200 pessoas, foram realizados para a discussão do termo de licitação dos serviços de limpeza. Organizaram-se, também, grupos de trabalho interno, a fim de que a Prefeitura, em conjunto, identificasse soluções para a questão do lixo.

A Coleta Seletiva Comunitária passou a ser gerenciada por uma cooperativa, a COOPAGRES. O equipamento seguia sendo disponibilizado pela EMLURB, mas agora, a troca de recicláveis por ticket alimentação, bem como a venda dos materiais, passaram a ser responsabilidade da cooperativa, composta por alguns poucos catadores e diversos técnicos e representantes da Prefeitura. Em troca, 10% dos lucros ficavam na cooperativa.

Os materiais trocados por ticket se tornaram cada vez mais escassos, pois a comunidade passou a negociar com outros compradores, obtendo melhor preço. A comercialização se intensificava, mas o trabalho, salvo raras exceções, permaneceu tendo um cunho individual.

Nesse sentido, a Prefeitura optou por se desligar do programa, avaliando que não era inovador e nem contribuía para uma mudança social concreta.

Como medir a adesão da população em um sistema que é de troca, e não de sensibilização social?

Cadê o catador?

Em Recife, o catador passou a ganhar mais visibilidade durante os preparativos para o I Congresso Nacional de Catadores, discutido no capítulo introdutório desta publicação. Apoiados por instituições que compunham o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, eles foram sendo contatados, e formou-se a Caravana de Pernambuco, que rumou para Brasília.

Diante do reconhecimento nacional do valor do catador e da preocupação da Prefeitura em dar um salto e produzir a transformação de um trabalho autônomo e dependente numa gestão de negócio solidário – como afirmou Roberval Veras, secretário adjunto de serviços públicos –, hoje estão sendo construídos dois núcleos de triagem de materiais, e já há a perspectiva de implantação de outros. A proposta, já em andamento, é a de reunir catadores de rua e apoiá-los por meio de instituições parceiras em sua formação, a fim de que, no futuro, as organizações constituídas gerenciem os núcleos.

O Projeto de Catadores, outra iniciativa também na linha de inclusão dos catadores, envolve uma gama mais ampla de atores, como as prefeituras de Olinda e de Recife, e instituições como Cáritas, Igreja Anglicana e COSPE (Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti). A proposta é planejar ações de organização e fortalecimento dos catadores, de modo a que eles alcancem independência dos intermediários e gerenciem galpões de triagem, a serem construídos futuramente.

Depoimento

"Não é nosso princípio fazer o papel deles com relação aos recicláveis. Uma vez capacitados, nossa idéia é seguir como parceiros, mas parceiros podem ser de várias formas. Não queremos criar dependência."

José Hamilton – Cáritas

Aterro de Muribeca

Desde 2000, existe a Associação dos Recicladores de Muribeca, localizada na área de disposição final dos resíduos de Recife. Hoje essa área constitui um aterro, gerenciado de forma compartilhada entre os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife e o governo do estado.

Formada por 60 associados, todos catadores do local de descarrego no aterro, a associação conta com o apoio das prefeituras de Recife e Jaboatão dos Guararapes, e também com ações significativas da instituição Belga, responsável pela doação de todos os equipamentos do local.

Uma curiosidade: no aterro, os catadores organizados representam apenas uma pequena porcentagem dentro dos quase 2 mil autônomos que se vinculam a depósitos e outros compradores, também presentes no local.

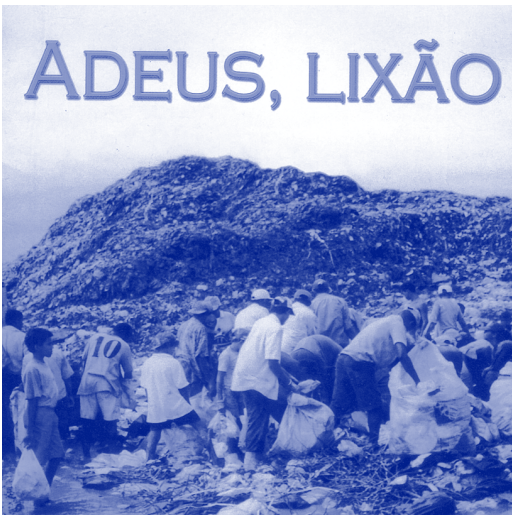
Há também um grupo de catadores que opera outro tipo de material: galhadas oriundas de atividades de poda realizadas pela Prefeitura. Elas são corretamente cortadas, agrupadas e vendidas a donos de olarias e padarias da região, cadastrados no Ibama.



Foto10: Galhadas coletadas prontas para venda



Foto11: Associação de catadores da Muribeca



Depoimento

"Aqui, os parceiros nos deram o anzol, mas não o peixe, porque eles não dão o material, dão o instrumento pra trabalhar, e é assim, se precisar, eu já sei pescar em outro canto."

Adriano – Associação dos Recicladores de Muribeca

Dentro dessa filosofia de compartilhar tarefas e somar idéias, a Prefeitura de Recife, junto com outros atores de peso, como a Unitrabalho – rede universitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho –, o Instituto Ethos, três instituições de ensino do estado e o movimento nacional de catadores, discute a elaboração de projeto sobre todo o ciclo dos resíduos, desde a sua geração até a destinação final. No panorama de Recife, é preocupante o fato de que parece haver uma certa desarticulação entre as diferentes iniciativas já em andamento e aquelas ainda em processo de elaboração.

Muitas iniciativas, muitos atores: quem costura as ações para que integrem uma rede com responsabilidades definidas e possibilidades de que suas ações sejam incorporadas em políticas institucionais?

Depoimento

"Tudo tem seus problemas. Aqui, a gente divide com o grupo os problemas, porque ser família é difícil. O segredo é enfrentar o problema antes que ele cresça, e aí vai resolvendo junto com o grupo."

Edivaldo – presidente da Associação de Recicladores de Muribeca

Maiores dificuldades

- Dar continuidade a ações e compromissos estabelecidos.
- Viabilizar ações concretas de integração dos catadores.
- Garantias legais de permanência das ações.
- Dificuldades de "desconstruir" descredibilidades políticas.

Aprendizados e idéias para replicar

- Cidade grande, com muitos problemas e potenciais: um modelo só não dá conta.
- A variedade de modelos e sub-modelos demandam criatividade e muitos parceiros, alguns dos identificados em Recife: EMLURB, COOPAGRES, Trapeiros de Emaús, Cáritas, secretarias municipais, catadores de rua.
- O órgão de limpeza tem que estar presente, mas não pode exercer o papel de outras instituições.
- Mudanças de linhas políticas não podem apagar iniciativas, o importante é aperfeiçoá-las.
- Antes de optar por uma formação jurídica do grupo de catadores, deve-se pensar no desafio de organizá-los.

Inovações

- Seminário aberto à população para a discussão do termo de licitação dos serviços de limpeza.
- Inclusão do tema coleta seletiva por demanda dos participantes.
- Intercâmbios intermunicipais:
 - Jaboatão dos Guararapes e Recife – Aterro sanitário consorciado e associação de catadores intermunicipal.
 - Projeto de Catadores – Articulações entre prefeituras vizinhas, organizações de catadores e demais instituições envolvidas.
- Grupo de catadores com atividades diferentes: beneficiamento e comercialização de lenha.

2.5. RIO DE JANEIRO

Nasce uma idéia

A cidade maravilhosa, ao mesmo tempo em que servia de abrigo à grande conferência da terra – a Eco 92 –, também era palco de uma situação de desigualdade social e miserabilidade que ainda se perpetua em várias metrópoles brasileiras. Talvez esses dois fatores tenham sido motores propulsores para o surgimento de um programa de formação de cooperativas de catadores idealizado e implantado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB).

Um de seus maiores objetivos era reorganizar as atividades de catação no centro da cidade. Apelidada de "catação selvagem" pelos próprios técnicos da instituição, essa atividade interferia nas ações operacionais de limpeza, em consequência da presença permanente no centro da cidade de sacos rasgados e de lixo espalhado.

Estimava-se que aproximadamente 2 mil pessoas estavam direta e indiretamente envolvidas nas atividades de catação e comercialização de materiais recicláveis.

Tal situação fez com que a COMLURB despertasse para o problema e percebesse que, para solucioná-lo, era necessário envolver o catador nas ações desenvolvidas.

O modelo em construção

Uma vez que o órgão de limpeza tinha clareza da necessidade de envolver os catadores no trabalho, começaram os questionamentos a respeito do modo pelo qual isso seria feito. Técnicos da COMLURB foram direcionados para o trabalho, as conversas e reuniões foram sendo realizadas e, aos poucos, estabeleceu-se um relacionamento entre alguns catadores e a instituição.

Inicialmente, os trabalhos foram muito difíceis, pois a maioria dos catadores era constituída por moradores de rua, sem referência de domicílio e cidadania, que nutriam um sentimento de desconfiança pelo poder público.

Depoimento

"O trabalho foi muito difícil, porque até 1992, a relação da administração pública com os catadores era outra, muito traumática. Isso refletiu na resistência inicial deles ao trabalho com a COMLURB."

Eliete – COMLURB

Nos anos que se seguiram – 1993 e 1994 –, houve um movimento da Prefeitura no sentido de remover as favelas construídas embaixo de viadutos para locais mais seguros. No entanto, os espaços vagos logo poderiam ser novamente habitados por outros "residentes". Daí surgiu a idéia de adaptar alguns desses espaços para o uso das cooperativas de catadores, que, naquele momento, estavam em processo de formação.

A proposta inicial era de formar cooperativas independentes por bairro. Diante das dificuldades que foram surgindo – como a ausência de documentos civis, a flutuação nas reuniões –, as atividades acabaram sendo redirecionadas.

Além disso, a COMLURB percebeu que estava enveredando para atividades sociais, ao passo que sua equipe era formada por técnicos de limpeza. Assim, entrou em cena outro ator.

Então, a COMLURB decidiu contratar uma instituição de ensino para desenvolver as atividades sociais junto às organizações de catadores. Mas a relação com essa instituição não foi bem-sucedida. Chama a atenção o fato de que não tenha havido, desde o início, o envolvimento de outros órgãos da Prefeitura.

Reformulações

Hoje a instituição de limpeza apresenta uma proposta bastante diferente, resultante, em parte, de uma reflexão sobre a situação atual das cooperativas formadas na década 1990.

Depoimento

"Em sua maioria, o catador de rua é um excluído social, ele mora fora do perímetro onde atua, muitas vezes dorme na rua e vai pra casa no final de semana, e todas essas características dificultam a constituição da cooperativa... Aos poucos elas foram organizadas e geridas pelas pessoas mais lúcidas entre eles. Lideranças naturais que foram tomando conta das cooperativas, algumas informalmente. Desvirtuou completamente o que a COMLURB pretendia, que era proporcionar ascensão social aos catadores, dar melhores condições."

José Henrique Penido – COMLURB

As causas para a ocorrência de tal fato podem ser várias, como o distanciamento da COMLURB, o surgimento de lideranças internas e as dificuldades administrativas, mas a realidade é que muitas dessas cooperativas estão se desviando da proposta inicial, de que a cooperativa matriz/central e os seus núcleos deveriam compor, em conjunto, um sistema cooperativista.

Depoimento

"Eu trabalho neste núcleo há mais de dois anos, e aqui a relação sempre foi de compra e venda. Para ser franco, a remuneração, em se tratando de uma cooperativa, deveria ser dividida entre todos, mas, como é complicado, a gente acaba vendendo para a cooperativa central, que vem aqui buscar. E quando tem outro comprador com melhor preço, a gente vende é pra ele."

Ademar – chefe do núcleo de Bonsucesso da Coopernorte

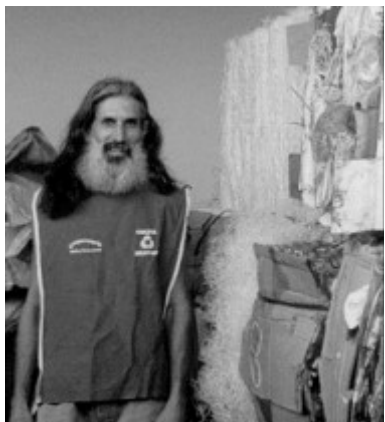


Foto 12: Ademar

As mudanças levaram à criação de um programa, referido como **Sistema Integrado de Reciclagem para a Cidade do Rio de Janeiro**.

Anteriormente, cabia ao catador realizar a coleta seletiva. Hoje a COMLURB acabou ampliando sua visão do programa e diversificando suas ações.

Entendendo o sistema

A coleta seletiva porta a porta está sendo oferecida aos moradores da zona sul da cidade, nos bairros de São Conrado, Barra, Jacarepaguá e Recreio. Essa coleta é realizada por caminhões compactadores, voltados exclusivamente para essa função. Para que o material seco seja coletado, é preciso que ele esteja acondicionado em saco transparente, como orientado na lei.

A segregação de materiais agora é disciplinada por lei na cidade do Rio de Janeiro – Lei nº 3.273/2001

Pede-se também que a população procure colocar o material para coleta pouco antes do horário estabelecido, para reduzir o risco de que o material seja removido por coletores autônomos, que chegam antes do caminhão do órgão de limpeza.

Outra mudança: o material coletado é encaminhado às **Centrais de Seleção e Reciclagem** – CSR. Hoje já existem três CSRs em funcionamento na cidade, com perspectivas de ampliação.



Folder 4 – CSR Botafogo

Foto 13: CSR Botafogo

O gerenciamento operacional dessas Centrais é de responsabilidade de uma cooperativa, ganhadora de **chamamento público** organizado pela COMLURB no início de 2003. Entre os cooperados estão alguns catadores de outras centrais, como a central do Caju, e desempregados. O monitoramento e a fiscalização são realizados pela COMLURB, a quem a cooperativa presta contas ao final do mês.

Mas de que forma o catador, principal protagonista social do programa, é – ou será – beneficiado?

De acordo com Júlio Pacca, técnico da instituição, "*a única maneira destas CSR sobreviverem é, no futuro, agregarem catadores de rua, para garantir o volume de material necessário*".

Mas, até que isso ocorra, onde ficarão os catadores autônomos de rua, as cooperativas apoiadas pela COMLURB e aquelas que surgiram já independentes do órgão de limpeza, mas dependentes do material de trabalho?

Quem é responsável pela movimentação dos materiais recicláveis na cidade?

COMLURB movimenta 1/3 dos materiais

Cooperativas, depósitos, sucateiros: 2/3 dos materiais

A maioria das organizações de catadores que compõem a RICAMARE (Rede Independente de Catadores de Material Reciclável) não estão vinculadas à COMLURB e manifestam uma grande preocupação com o novo sistema adotado pela instituição. Nesse sentido, eles buscam, com o apoio da Nova Pesquisa¹¹ meios de fortalecimento da classe, mediante o estabelecimento de

¹¹ Entidade não governamental com projeto voltado para o fortalecimento dos catadores.

metas comuns. Um desses objetivos é a criação de uma comissão para identificar meios de agregação de mais valor ao produto, como uma venda consorciada de materiais.

Para Sebastião, presidente da COOPER GRAMACHO, "é necessário se manter um diálogo com a COMLURB. O chamamento público para o gerenciamento das CSRs, por exemplo, não foi público, nós ficamos sabendo por acaso... A gente tem que se fortalecer. Os debates e os encontros com outros que trabalham com reciclagem fazem a gente ver que não estamos sozinhos e fazem a gente querer buscar soluções para todos".

Em meio a reflexões, questionamentos e construções de modelos, identifica-se uma formação operacional bastante diferente em outra área da cidade.

A zona oeste, por apresentar um perfil ainda marcado por traços rurais, crescimentos horizontais e maiores espaços disponíveis, levou à criação de um modelo diferente. Assim, foram desenvolvidas algumas ações específicas para a região, tais como:

Ecopontos¹² – Inspirados em padrão utilizado na França, as decheteries, são instalações voltadas para o recebimento gratuito de bens inservíveis, entulhos da construção civil, galhadas e materiais recicláveis.

Ecopneus – Alternativa encontrada para os depósitos clandestinos de pneus na região, os ecopneus são borracharias que se dispuseram a receber voluntariamente pneus usados. Os borracheiros, integrados em associação, fazem parte de uma rede de parceiros, que envolve também a COMLURB, a população e a indústria de pneus. Esta última é a responsável pelo transporte e disposição final adequada desse material.



Foto 14: Ecoponto Zona Oeste

Mensalmente, 70 mil pneus inservíveis são encaminhados para queima em indústrias cimenteiras.

Você sabia?

As empresas fabricantes e importadoras de pneumáticos são obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

(Fonte: Resolução CONAMA, 258/99)

¹² A cidade de Santo André, com grande reconhecimento nacional e internacional na implementação de ações inteligentes e de inclusão social na solução de questões ligadas aos resíduos sólidos, iniciou, em 1997, um trabalho que guarda semelhanças com os ecopontos. Pontos viciados de despejo clandestino de materiais foram identificados, com o apoio da própria população local. Atualmente, existem 11 estações de recepção de materiais recicláveis e de resíduos da construção civil, e alguns desses espaços são gerenciados pela própria comunidade.

Ecodepósitos – Ferros-velhos ou sucateiros, esses estabelecimentos de compra e venda de materiais recicláveis operam, na maior parte dos casos, na ilegalidade, estabelecendo uma relação de exploração com o catador, principal fornecedor de recicláveis. A criação do ecodepósito é um movimento inteligente em direção à legalidade desses estabelecimentos, da abertura de um diálogo com a Prefeitura e de possibilidades de melhoria da relação sucateiro-catador. A fim de serem credenciados, os depósitos devem se comprometer com exigências apresentadas pela COMLURB, que, em contrapartida, lhes confere legalidade e alguns equipamentos de recepção de materiais.

Será que todos esses modelos e estruturas conseguirão conviver harmonicamente na cidade?

Maiores dificuldades

- A constituição de grupos organizados de catadores de rua.
- Garantir maior envolvimento de outros órgãos administrativos.
- A constituição das organizações é gradual, e o distanciamento do órgão propulsor dos trabalhos pode representar um retrocesso.
- Construir imagem de parceria do poder público diante de catadores violentamente excluídos.
- Operacionalizar coleta de recicláveis, a fim de garantir o acesso ao material.

Aprendizados e idéias para replicar

- A formação de vendas consorciadas, como meio de agregação de valor aos produtos.
- A busca de soluções locais é fundamental.
- O diálogo deve ser buscado com todas as organizações de catadores envolvidas.
- O órgão de limpeza não deve e não pode dar conta sozinho do compromisso da coleta seletiva com inclusão social.

Inovações

- Criação das Centrais de Seleção de Recicláveis.
- Instituição do saco transparente para a coleta seletiva.
- Diversidade de modelos operacionais e de grupos organizados de trabalhadores.
- Ecopontos e ecopneus, alternativas criativas na direção da redução de pontos clandestinos de descarte de lixo.
- RICAMARE: a rede independente de catadores rompe fronteiras municipais e se fortalece como grupo estadual.

2.6. SÃO PAULO

Nasce uma idéia

A cidade de São Paulo, uma das maiores do planeta em termos populacionais, abriga 10,5 milhões de habitantes, que geram diariamente 12 mil toneladas de lixo. Estima-se que, desse total, quase 40% sejam compostos por material inorgânico. Outras 3 mil toneladas são geradas diariamente em consequência de atividades da construção civil.

O crescimento populacional não apresenta sinais de redução, o lixo segue sendo gerado e os dois aterros da cidade já estão com os seus dias contados.

Em 1989, São Paulo presenciou o surgimento de uma das primeiras cooperativas de catadores do país: a COOPAMARE (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo), resultado de um projeto de apoio a moradores de rua realizado pela OAF – (Organização e Auxílio Fraternal). Na época, a Prefeitura apoiou a iniciativa, cedendo o espaço que, até hoje, é ocupado pelo grupo, e promulgando um decreto que reconhecia o trabalho do catador.

São Paulo hoje tem mais de 50 entidades organizadas de catadores.

Fonte: Fórum Recicla São Paulo – Wilson

Com as mudanças no comando da administração municipal, os trabalhos de coleta seletiva e o apoio ao grupo de catadores acabaram sendo deixados de lado. Mas, caminhando em sentido contrário, a sociedade civil foi se organizando, os fóruns municipal e estadual Lixo e Cidadania foram criados e, para a eleição municipal de 2001, o Fórum já tinha definido os compromissos esperados dos candidatos.

Entre as demandas da Plataforma Lixo e Cidadania, destacava-se a incorporação dos catadores no sistema de gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos, especialmente em programas de coleta seletiva e triagem de materiais.

O modelo em construção

Depoimento

"Antes do programa, passamos por dois anos de discussão do que seria a coleta seletiva em São Paulo. Propusemos um modelo, mas acabamos encampando a idéia das centrais."

Wilson – Fórum Recicla São Paulo

Apesar dos modelos das centrais de triagem serem apresentados como ideais, os catadores da zona do centro da cidade têm vivenciado um modelo de rede que congrega na Cooperecentro as organizações e núcleos de catadores já existentes na região (COOPAMARE, RECIFRAN e COORPEL), compondo um conselho gestor da central de triagem da Sé.

O que é o Fórum Recicla São Paulo? Movimento que busca a unificação dos diversos segmentos que trabalham com a coleta seletiva na cidade.

Que outros espaços de discussão existem na cidade?

- Comitê Metropolitano de Catadores – surgiu em 2001 à ocasião do I Congresso Nacional de Catadores, com o papel de animador para os encontros do movimento. Atualmente representa grupos, associações e cooperativas de catadores da Região Metropolitana.
- Fórum de Desenvolvimento Local da Zona Leste – movimento que tem perspectiva especialmente voltada para o trabalho com os catadores no Programa "zona leste faz".
- Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo

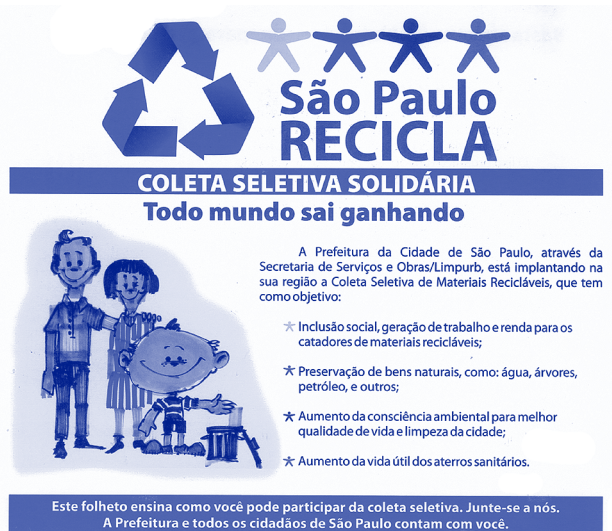
Programa Coleta Seletiva Solidária

O programa faz parte da Política Municipal de Resíduos Sólidos e do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Município.

Enfoque em três principais questões: o desemprego, a exclusão social e o grande volume de resíduos sólidos.

De acordo com o coordenador do programa, Rubens Xavier, representante da Secretaria de Serviços e Obras, *"este programa passou por dois momentos: primeiro, uma articulação teórica do que seria a idéia do programa, e, em seguida, um processo de integração entre Prefeitura e cooperativas: assinatura de convênios, organização de cooperativas e problemas que surgem da nova relação"*.

Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002 – Institui o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável.



São Paulo RECICLA
COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA
Todo mundo sai ganhando

A Prefeitura da Cidade de São Paulo, através da Secretaria de Serviços e Obras/Limpurb, está implantando na sua região a Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, que tem como objetivo:

- ★ Inclusão social, geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis;
- ★ Preservação de bens naturais, como: água, árvores, petróleo, e outros;
- ★ Aumento da consciência ambiental para melhor qualidade de vida e limpeza da cidade;
- ★ Aumento da vida útil dos aterros sanitários.

Este folheto ensina como você pode participar da coleta seletiva. Junte-se a nós. A Prefeitura e todos os cidadãos de São Paulo contam com você.



O programa prevê a construção de **centrais de triagem** – cinco já estão em funcionamento –, estruturadas com esteira, balança, prensa e caminhões de coleta. Essas centrais são operadas por cooperativas de catadores, responsáveis pela triagem, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos materiais.

Para que os grupos tenham condições de gerenciar a atividade, alguns cursos estão sendo ministrados, e reuniões periódicas são realizadas com representantes da Prefeitura e das diversas centrais.

As centrais ainda estão trabalhando com uma quantidade de materiais e de mão-de-obra muito abaixo da prevista, mas aposta-se em mudanças até o final do ano.

Mesmo com uma produtividade aquém do potencial, as centrais de reciclagem já foram responsáveis pela duplicação do índice de reciclagem oficial em São Paulo – que passou de 0,03% para 0,075%.

Folha de S.Paulo 19 de julho 2003

Tanto a Prefeitura como os grupos da sociedade vêem no programa uma possibilidade, mesmo que a longo prazo, de substituição das carroças de tração humana pela coleta em caminhões. Espera-se também que, com o apoio da população, essas centrais cheguem a absorver mais de 300 catadores, em três turnos de trabalho. Por enquanto, porém, os números ainda giram na casa dos 20. A Central Tietê, por exemplo, até agosto de 2003 contava com 24 catadores. A Central Sé conta com 48 catadores no núcleo COOPERE e mais de 250 nos núcleos COOPAMARE, RECIFRAN e COORPEL.

Depoimento

"Pra termos mais gente trabalhando aqui, tem que aumentar o material que chega."

Daniel – presidente da Cooperativa Tietê

De onde chega o material das centrais?

Nesse caso, a coleta seletiva prevista prioriza a definição de PEVs, 5 mil contêineres distribuídos pela cidade, para os quais a população deve encaminhar o seu material seco, sem necessidade de separação por tipo.



Foto 15 – Associados da cooperativa Tietê

A coleta nesses pontos é uma ação combinada entre as empreiteiras responsáveis pela coleta domiciliar e as cooperativas de catadores das centrais, que dispõem de caminhão gaiola e *munk* para executar o trabalho.

Além disso, as centrais vão buscando, por conta própria, expandir as parcerias e ganhar novos doadores.

A coleta seletiva também está sendo feita **porta a porta**, uma vez por semana, em alguns bairros da cidade, pela empresas que já realizam a coleta de lixo convencional.

O programa é promissor, mas, de acordo com os catadores, a população não está apoiando, o compactador utilizado reduz a qualidade do material e o caminhão passa por roteiro onde já tem catador trabalhando.

Fonte: Informativo Lixo e Cidadania de 18 de setembro de 2003

Conquista recente: adesão do comércio ao programa, por meio da ação "Recicla Comércio!".

De que forma as cooperativas gestoras das centrais são constituídas?

Em cada região onde será implantada uma central organizam-se reuniões abertas a todos os interessados, a fim de que a proposta seja apresentada e que os grupos de catadores já atuantes sejam identificados. É a partir da reunião de representantes desses grupos, formalizados ou não, que nasce uma nova cooperativa. Assim, pode-se dizer que a central é idealmente gerenciada por uma cooperativa representativa.

Depoimento

"Para cada central há um perfil diferente. A gente ajuda a definir critérios, mas não interfere nas decisões locais."

Rubens – Secretaria de Serviços e Obras

Esse foi um meio encontrado para garantir que a central fosse de catadores, e que os grupos já atuantes não fossem nem deixados de lado e nem prejudicados pelo programa, com a remoção de sua fonte de renda.

Com o pouco tempo de existência do Programa, a Prefeitura e as cooperativas já estão se deparando com dois problemas graves. Primeiramente constatou-se a existência de grupos de compradores de materiais recicláveis, conhecidos como morcegos, trafegando pela cidade em caminhões, coletando o material que deveria ser encaminhado às centrais de triagem. Além dos materiais já separados, eles também coletam os resíduos domiciliares dispostos para coleta regular. O reflexo dessa situação é a redução do material que chega às centrais e a proliferação de pontos clandestinos de disposição de lixo, as sobras da garimpagem feitas pelos morcegos no lixo domiciliar.

O outro problema refere-se às conseqüências da recente implantação da taxa de lixo, mediante a Lei nº 13478. Um grande número de estabelecimentos que, antigamente, doavam materiais recicláveis aos catadores, passaram a vendê-los, como meio de abater o custo da taxa. Essa situação é visível em muitos condomínios e estabelecimentos comerciais da cidade.

Maiores dificuldades

- Crescimento da competição entre as cooperativas e os sucateiros (que chegam na frente).
- Questionamentos legais para a implantação da taxa de lixo.
- Garantias de permanência das cooperativas como gestoras das centrais.
- Conciliação entre as empreiteiras contratadas para a realização da coleta de lixo e o trabalho das centrais de triagem.
- Risco de limitar os espaços de organização política dos catadores às próprias centrais.

Aprendizados e idéias para replicar

- O apoio aos grupos instituídos de catadores permite o fortalecimento da classe.
- São Paulo é formada por "microcidades" dentro da cidade: distribuição das centrais de triagem com modos de funcionamento locais.
- A adesão social depende de informação e de investimentos em campanhas de sensibilização.
- O risco da descontinuidade política de um governo para outro deve ser considerado quando da implantação dos programas de coleta seletiva.

Inovações

- Diversidade e articulação política dos grupos de representação.
- Viabilização de articulação entre as centrais.
- Oficialização do apoio sistemático do setor comercial.
- Fortalecimento de grupos da sociedade civil comprometidos com a questão da coleta seletiva.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

*“Quando a gente muda
O mundo muda com a gente.
A gente muda o mundo,
Com a mudança da mente.
E quando a gente muda
Tudo anda pra frente”*

Gabriel Pensador

Neste capítulo, serão abordados alguns aspectos de ordem jurídica, gerencial e social a serem considerados quando da discussão e construção conjunta de políticas municipais de gestão de resíduos sólidos com inclusão social.

Cabe ressaltar, contudo, que este tema é muito rico, dinâmico e, de certa forma, recente, o que poderá resultar na falta de respostas, ou de uma única resposta para as questões apresentadas. Como afirma Eliene Moraes, da SEMASA,

“A nova realidade criada a partir da coleta seletiva gera demandas e necessidades para as quais ainda é preciso se preparar”.

Este capítulo teve como insumo fundamental a consolidação e a análise de dados obtidos por meio de pesquisas, leituras e entrevistas relatadas nos capítulos anteriores.

3.1. ASPECTOS JURÍDICOS

3.1.1. A formalização do programa de coleta seletiva e algumas considerações

Alguns dos relatos apresentados no capítulo II, como a experiência de São Paulo, deixam claro o risco do fenômeno da descontinuidade política. Esse comportamento se manifesta não apenas nas questões de saneamento ambiental, abordadas neste trabalho, como também em outras ações e políticas administrativas. Nesse sentido, é fundamental que a proposta de

implantação do programa de coleta seletiva seja legalmente formalizada, mediante a elaboração e aprovação de decretos e de outros instrumentos legais.

Em Santo André, a Coleta Seletiva, que hoje atinge 100% dos domicílios, foi implementada a partir de uma lei criada em 1996.

Deve-se dar especial atenção a dois aspectos correlatos de cunho legal, presentes em praticamente todas as experiências apresentadas no capítulo II.

O problema da remoção do lixo domiciliar por terceiros. Como resolver essa questão?

Várias administrações públicas têm levantado esse problema. Em alguns casos, como Santo André e Caxias do Sul, a situação é ainda mais delicada, pois o "morcego", sucateiro ou catador autônomo já encontra o material seco, previamente segregado pela população. Para evitar que ocorra essa "apropriação de bem público", é importante que nesses instrumentos legais haja artigo reforçando o papel do órgão de limpeza como a única entidade responsável pela remoção do material disposto pela população para coleta.

Caso contrário, pode haver a alegação, já levantada por alguns, sobre o fato de o material, quando colocado em local externo, representar um desfazimento de bem, como afirma Ronaldo, da SLU: *"O monopólio da coleta de resíduos é do município, o resíduo, entende-se lixo, mas há a interpretação de que, ao colocar para fora de casa, é desfazimento de propriedade, possibilitando que qualquer pessoa pegue. Se você tem sofá e coloca na calçada, qualquer um poderia pegá-lo. Mas há também uma corrente que entende que não é assim, que o lixo é bem público. A partir do momento que você colocou na calçada para ser coletado pelo serviço de limpeza pública, esse material tem objetivo específico... Essa discussão é muito polêmica"*.

Para André Vilhena, do Cempre, *"a questão é muito complexa e de difícil resolução, e acho que, em médio prazo, ela vai melhorar o quadro geral, porque o morcegueiro talvez não tivesse morcegando se tivesse outra atividade. Não acho que seja fácil, e não é particularidade de São Paulo"*.

Art 24 §2º. É proibido realizar a remoção dos resíduos sólidos urbanos sem a devida autorização do órgão ou entidade municipal competente.

Lei 3273/01 RJ

Por outro lado, para que as **organizações de catadores** possam participar dos programas de coleta seletiva, desde a etapa da coleta, é preciso que esse direito seja garantido em lei.

A Lei Orgânica de Belo Horizonte, em seu Art. 151 VII, prevê que a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis sejam feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho.

É importante ressaltar que existe a consciência de que, sendo necessária a criação de leis, como afirma Ivanize, da SESAN, "só a lei não basta". E mais: ela acredita que, quando a lei possa impossibilitar a concretização de uma proposta "é importante tirar da vírgula da lei, o 'mas' que permitirá realizar o que se deseja". Assim, a ausência de leis não pode ser usada como justificativa para o engessamento de programas, do mesmo modo que a criação das mesmas não é suficiente para garantir a permanência e o sucesso das iniciativas.

3.1.2. A constituição legal da organização

Uma das formas de garantir maior legitimidade e autonomia aos catadores é a constituição jurídica do grupo. Como muitos afirmam, e este trabalho defende, *"nós sabíamos que, unidos a nível de cooperativa, nós tínhamos força, mas, unidos a nível nacional e de estado, com o movimento, temos mais força pra discutir políticas públicas e construir parcerias"* (Roberto – CRUMA).

Quais são as opções organizacionais?

As pesquisas e entrevistas apontam para duas formas de organização: a **associação** e a **cooperativa**. Cada uma guarda vantagens e desvantagens, e a opção deverá considerar aspectos financeiros, perspectivas de construção de parcerias, entre outros fatores. A principal diferença entre cooperativa e associação reside no fato de que a cooperativa é uma sociedade de fins econômicos (consultar Novo Código Civil, artigo 53 – registro na Junta Comercial), ao passo que a associação não tem fins econômicos (consultar Novo Código Civil, artigo 53 – registro no Cartório de títulos e Documentos) (10).

Contudo, o mais importante é a percepção de que a formação seja de uma cooperativa ou de uma associação demanda um tempo de maturação de idéias e de esclarecimento de modos de funcionamento. Nesse sentido, a constituição formal do grupo vai além da simples opção jurídica; deve ser entendida como um **processo**.



Foto 16 e 17 – Catadores trabalhando de forma organizada.

O catador acostumado a trabalhar de forma autônoma – e, muitas vezes, indisciplinada – levará tempo para assimilar o significado cotidiano de estar associado a um grupo. Para amenizar as dificuldades naturais, esse processo deve ser lento e amplo, respeitando os tempos de compreensão e avaliação das pessoas.



Foto 18 – Cooperativa de catadores

Em um mercado competitivo, no qual a cooperativa encontra como concorrentes outras empresas, é fundamental que ela substitua o amadorismo e a improvisação – muitas vezes presente, em função da falta de recursos – e encontre os meios de se colocar no mercado oferecendo um bom serviço e garantindo credibilidade.

O que é uma sociedade cooperativa e uma sociedade mercantil?

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
<ul style="list-style-type: none"> • É uma sociedade de pessoas. • Cada cooperado corresponde a um voto na assembléia. • Objetivo principal é a prestação de serviços com qualidade. • Compromisso educativo, social e econômico. • Os resultados são proporcionais a produção. • Incentiva a integração. • As cotas são intransferíveis a terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • É uma sociedade de capital. • Mais ações significa maior poder de voto. • Objetivo principal é o lucro. • Compromisso econômico. • Os resultados são proporcionais ao capital. • Incentiva a competição. • As ações são transferíveis a terceiros.

Para saber mais, entre em contato com a representação do Sebrae de sua região. Trata-se de um importante parceiro nas orientações quanto à formação de cooperativas.

O peso dos tributos sobre as cooperativas

Tributos	Valor	Base de cálculo	Observações
Imposto sobre a Renda (IR)	1,5%	Produção cooperativista	Lei nº 8.981 de 20/01/1995
Imposto sobre serviços (ISS)	5% no RJ	Controvérsias a respeito de quem deve pagar a incidência e de qual a base de cálculo a ser usada	Lei Complementar nº 56/87 Alguns municípios estão isentando as cooperativas

O peso dos tributos sobre as cooperativas (continuação)

Tributos	Valor	Base de cálculo	Observações
PIS	0,65%	Faturamento (receita bruta mensal da sociedade). Está sendo judicialmente contestado por muitas cooperativas.	MP nº 1.858 art. 1º ADSRF nº 70/99 Instrução Normativa nº 145/99
COFINS	3%	Faturamento (receita bruta mensal da sociedade) Também esta sendo judicialmente contestado.	MP nº 1.858
INSS	15%	As empresas que contratam as cooperativas devem pagar – e não reter – os 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços. O encargo foi repassado às empresas.	Lei nº 987/99

Extraído de (1) p. 75.

Tomando-se como ilustração a tabela de sistematização de algumas organizações de catadores, presente no capítulo anterior, percebe-se que a formação institucional de cada uma delas é bastante diferenciada, e, de fato, nenhuma atende integralmente às exigências. Algumas, na condição de associações – como é o caso da Associação de Vila Pinto e da Associação de Recicladores da Muribeca –, não deveriam estar desempenhando função econômica; outras, mesmo constituídas como cooperativas, como a COOTPA e a COOPAGRES, não atendem a todas as exigências tributárias descritas no quadro acima.

Aqui não se condena o trabalho dos catadores e suas deficiências. Busca-se, sim, alertar sobre a complexidade jurídica e sobre a elevada incidência de tributos que, muitas vezes, levam a uma não-adequação às exigências estabelecidas.

Para ficar atento: *está no Senado, para votação, um Projeto de Lei sobre ICMS presumido para comercialização de recicláveis por organizações de catadores.*

3.1.3. A consolidação das parcerias

Superadas as dificuldades jurídicas – outras dificuldades, como as organizacionais, serão discutidas adiante – de formalização da organização, é essencial que haja também uma formalização da inserção dos grupos nos programas municipais. É importante que a atuação e a responsabilidade das partes estejam muito bem definidas.

No caso da experiência de São Paulo, por exemplo, está sendo firmado um contrato de permissão de uso do espaço e da infra-estrutura das centrais de triagem entre a Prefeitura e cada uma das Cooperativas Gestoras, com permanência de dois anos. Compete à Prefeitura a disponibilização do espaço e dos equipamentos, assim como o fornecimento de materiais e de capacitação do grupo. Já aos catadores, cabe a tarefa de gerenciar o local, visando aumentar a produção e responder a compromissos firmados com a população em termos de coleta de materiais.

Em Santo André, o sistema é parecido. Há um termo de convênio, com duração de dois anos, renováveis por mais dois, entre a Prefeitura e as duas cooperativas – CoopCicla e CoopCidadeLimpa – que atuam na área do aterro sanitário e recebem o material reciclável coletado pela SEMASA.

Para lembrar: *Com a constituição formal da organização, ela pode passar a ser uma prestadora de serviços para diferentes clientes. Em Santo André, por exemplo, a CoopCidadeLimpa, além de atuar na coleta seletiva através da triagem e comercialização dos materiais, foi contratada temporariamente pela empresa responsável pela limpeza urbana para realizar a coleta de lixo em núcleos habitacionais de difícil acesso.*

Em outros casos, essa relação Prefeitura/organização de catadores é ainda mais frágil. Em Belém, por exemplo, não há nenhum termo firmado entre a Prefeitura e a COOTPA.

Tem-se ainda o exemplo da COMLURB, que, por meio de um **chamamento público**, firmou contrato com uma cooperativa de serviços para a administração e a operação do centro de seleção e reciclagem. O contrato define as obrigações da contratada e destina à COMLURB o papel de fiscalizadora das atividades (11).

De um modo ou de outro, o sentimento manifestado pela quase totalidade dos catadores entrevistados é de insegurança. De fato, não há um mecanismo integralmente adequado para superar a fragilidade das parcerias e o risco das descontinuidades.

Diante desta dificuldade, o mais recomendado é que as organizações identifiquem meios de ganhar credibilidade e legitimidade perante a população (que, direta ou indiretamente, é sua principal aliada, na condição de fornecedora de matéria-prima, e também um importante mecanismo de pressão frente ao poder público).

A informação e a sensibilização da população é fundamental para o sucesso dos programas. Ela deve ser informada sobre o destino do material separado e sobre os indicadores de sucesso dos programas, como a quantidade de material desviado do aterro ou o número de pessoas beneficiadas.



Foto 19: atividade lúdica em Cascavel realizada com apoio da Prefeitura

Política pública também é garantir os meios para realizar ações de cunho educativo junto à sociedade.

3.2. ASPECTOS SOCIAIS E SUA INTERFACE COM QUESTÕES GERENCIAIS

Na maioria das vezes, o grupo que virá a formar a organização de catadores não tem clareza sobre as implicações do novo sistema de trabalho cooperativista.

O cooperativismo consiste numa livre associação de pessoas, em que os associados visam benefícios sócio-econômicos mútuos.

Mas as dúvidas não param por aí. Passar da condição de catador informal – dono, quando possível, de seu trabalho – à de associado constitui um salto no precipício, se as ferramentas e tempos de assimilação não forem garantidos.

O depoimento de Maria das Graças, registrado no capítulo II, reflete com clareza a dificuldade que ela e muitos outros têm de se perceberem como associados, com deveres e direitos comuns, quando não lhes é oferecido o processo necessário de formação.

A elevada rotatividade entre os membros das organizações é outro reflexo dessa dificuldade. Das 21 organizações entrevistadas, praticamente todas apontaram para uma significativa entrada e saída de catadores. De acordo com Geralda, da ASMARE, "o principal fator é a necessidade de pagamento imediato e o mercado de trabalho. Arruma emprego, sai; perde, volta".

O universo de carências do catador, sobretudo daquele que ainda está desestruturado, acostumado a viver dia-a-dia não permite o surgimento de grandes expectativas em relação à troca de trabalho por capital. As necessidades desses indivíduos são imediatas. Muitas vezes é essa urgência que inviabiliza a adesão a uma organização, perpetuando assim a condição de trabalho informal, marginalizado e sem perspectivas de ascensão. O ciclo é vicioso, mas é preciso rompê-lo.

Para tanto, deve ser oferecido ao catador mais do que a possibilidade de trabalho cooperado. É preciso que lhe sejam supridas outras demandas.

Talvez uma das mais importantes seja a questão da **baixa auto-estima**. É fundamental que o catador seja capaz de se perceber como um agente econômico e ambiental, reconhecido pelo poder público e pela sociedade.

Depoimento

"Como catadora de rua, o movimento resgatou a nossa auto-estima. A gente tem que buscar no nosso íntimo e saber que somos cidadãos. Agora tenho que voltar na Prefeitura e tirar a venda dos olhos deles e mostrar que eu sou cidadã."

Eva – catadora de Uruguaiana, RS

Além disso, **o catador possui família**, que, junto com ele, carrega as marcas das desigualdades sociais, e também precisa de apoio.

Nesse sentido, uma política de inclusão social de catadores e de incorporação da categoria em programas de coleta seletiva deve prever também a inclusão das famílias desses profissionais, mediante, por exemplo, a implementação de programas de inserção nas escolas, de geração de renda e de cursos técnicos para os adolescentes.

A experiência do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto ilustra com propriedade a possibilidade de se desenvolverem programas sociais que tenham impacto direto na família dos catadores e em sua comunidade¹¹.

Mas a preocupação com **educação** não é só para os adolescentes, filhos de catadores. A Prefeitura de Belém, com o programa de alfabetização de catadores, deixa claro que a educação também deve ser oferecida aos próprios catadores, que em sua grande maioria apresenta um nível de escolaridade muito baixo.

A diversidade de deficiências e as possibilidades de apoio reforçam a necessidade de políticas que sejam articuladas entre diversos segmentos da administração pública. O Comitê Interministerial, recentemente criado pelo Governo Federal, ilustra a importância dessa união, na qual cada ministério, com seus programas, tem condições de beneficiar a essa categoria. O mesmo pode – e deve – ocorrer em nível municipal.

Sem estudo, com filhos famintos e problemas de saúde, como esperar que o catador, de uma hora para outra, atenda a exigências gerenciais, como a comercialização de volumes maiores de material, a prestação de contas e o compromisso com terceiros?

Bem organizados e com a infra-estrutura e formação adequadas, os catadores podem gerenciar centrais de triagem, e até ir além, como mostra o exemplo da fábrica de reciclagem de plástico de Minas Gerais, que será administrada por catadores. Por outro lado, caso o órgão público não se disponha a oferecer as condições necessárias à iniciativa, ela pode estar fadada ao insucesso.

¹¹ Para conhecer em maiores detalhes a dimensão do trabalho acesse o site: www.ceaambiental.org.br.

3.3. GERENCIAMENTO INTERNO E SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

Segundo Elionor Brito, da COMLURB, os principais desafios gerenciais das organizações de catadores são:

- Economia de escala
- Especificação e qualificação do produto
- Fluxo no fornecimento

Como responder a esses desafios?

A agregação de valor à mercadoria pode ser a saída.

O beneficiamento é a qualidade do material. Quanto mais limpo melhor. Prensá-lo e extrusá-lo são outros meios de beneficiá-lo.

Atender a essas demandas, para garantir um bom preço de mercado, não é fácil.

A CRUMA, por exemplo, que surgiu sem o apoio de terceiros, apenas pela determinação dos associados, e que hoje se apresenta como uma cooperativa auto-gestionária e auto-sustentável, ainda encontra dificuldades em relação ao beneficiamento. Ela não dispõe de nenhum equipamento, e acaba por vender o material apenas segregado, obtendo um baixo valor.



Foto 20: as dificuldades do trabalho



Foto 21 e 22: galpão da CRUMA e da COOPAMARE

Outras organizações dispõem de equipamento, mas muitos estão em regime que se assemelha ao do comodato. O reflexo dessa relação é a condição imposta pelo comprador, dono do equipamento, uma carroça ou uma prensa, por exemplo. Muitas vezes ele apresenta como pré-condição à disponibilização do equipamento o compromisso do catador em vender o material exclusivamente a ele, e de acordo com valores por ele definidos unilateralmente. Esse é o caso, por exemplo, da COOPCICLA, com a prensa, e da COOTPA, com os contêineres de armazenamento.

Outro desafio é o espaço físico. Alugado, comprado, cedido, seja como for, o fundamental é que se tenha um espaço para separar os materiais e armazená-los. O núcleo de Botafogo da COOPERSUL, por exemplo, dispõe de espaço cedido pela COMLURB, mas, de acordo com Leonel Gonçalves, um dos encarregados administrativos da cooperativa, *"com mais espaço nossa renda poderia aumentar, pois poderíamos trabalhar com mais volume"*. Assim, a cessão de espaço é um compromisso necessário.

O estabelecimento de uma **rede de compradores** é outro aspecto importante. Um bom administrador consegue identificar bons compradores e negociar preços. Ainda no estado do Rio de Janeiro, a RICAMARE está se organizando para viabilizar vendas conjuntas de alguns materiais. A idéia é formar uma bolsa de resíduos.

Atenção:

Infra-estrutura e articulação perdem o valor quando não há transparência das atividades e entrosamento do grupo.

Diversificação dos produtos

Com a proliferação de catadores nas cidades brasileiras, os materiais recicláveis priorizados por eles têm sofrido mudanças. Anteriormente, os esforços de coleta e venda recaíam, especialmente, no alumínio, material com elevado valor, facilidade de transporte e de venda. Atualmente, muitas das organizações têm sido obrigadas a substituir o alumínio por outros materiais, ou mesmo a diversificar os produtos comercializados, como forma de acompanhar as mudanças de mercado.

Algumas das organizações que compõem a RICAMARE afirmam, por exemplo, que se viram obrigadas a abrir mão do alumínio e a concentrar o trabalho na comercialização de PET¹³. Isso se deve ao fato de que hoje já está difícil para algumas organizações de catadores reunir um volume de alumínio adequado para comercialização. Muitas vezes esse material é coletado ainda nas ruas. Catadores de rua, funcionários de limpeza, crianças de baixa renda são alguns dos que garimpam esse material ainda nas fontes geradoras ou nas ruas.

Outro fenômeno que se tem percebido é o armazenamento de alguns materiais, mesmo que eles não tenham uma perspectiva de venda imediata. Esse é, por exemplo, o caso de

¹³ O PET (politereftalato de etileno) é encontrado em garrafas de refrigerante e de água mineral.

embalagens cartonadas tipo longa vida. Muitas entidades situadas no nordeste e no sudeste do país, por exemplo, manifestaram a dificuldade de venda desse produto, mas, diante de sua elevada concentração no lixo, acabam por armazená-lo quando dispõem de espaço, na esperança de um dia encontrar um mercado comprador.

Os copos de plástico descartáveis feitos de poliestireno (PS), outro exemplo dessa diversificação de produtos que ainda não apresentam um mercado comprador significativo no país, apesar de seu elevado consumo, têm sido vendidos pela ASMARE a grupos interessados em utilizá-los no enchimentos de saltos de sapato.

A conclusão é que, como afirmou Brito, da COMLURB, desde que o custo de fabricação de um produto por meio da matéria secundária seja menor do que o com a matéria-prima, não se deve descartar a possibilidade de reciclagem.

O interesse financeiro das empresas pela reciclagem de produtos, por sua vez, deve ser estimulado pelo governo de dois modos: mediante políticas que, como afirmou André Vilhena, não sejam um desincentivo, como a bi-tributação de alguns produtos quando re-inseridos na cadeia de produção e consumo, e também por meio da responsabilização legal das indústrias pela absorção dos subprodutos por elas gerados.

Mas o gerenciamento de uma empresa vai além...

Como disse Tião, da COOPER GRAMACHO, *"de catador a empresário, há muita diferença, e isso pode levar a falhas gerenciais"*.

Na maioria das organizações visitadas – incluindo aí, por exemplo, a ASMARE, a COOTPA e a COOPER GRAMACHO –, essa atividade não é desempenhada direta e exclusivamente por um catador, e sim por uma pessoa externa, de forma voluntária ou remunerada.

Não há problema em receber o apoio de outras entidades e pessoas físicas, mas há o risco de se acomodar a essa situação. É importante que, aos poucos, as organizações busquem os meios de caminhar de forma independente, na condição de grupo.

Em todas as experiências estudadas, com exceção da CRUMA, a Prefeitura não só foi responsável pelo local de trabalho, como também subsidia, em maior ou menor grau, os gastos de consumo. O risco é que nunca se sabe até quando os apoios serão mantidos. Na dúvida, e em busca de maior autonomia, as organizações vão identificando outras estratégias de estruturação e crescimento.

Contudo, caminhar sozinho demanda, entre outras coisas, o acesso a recursos. Uma das grandes bandeiras do movimento de catadores é a demanda por fontes de financiamento, que ainda são muito limitadas¹⁴.

¹⁴ De acordo com o Guia da Cooperativa de Catadores (12), pp.9 e 10, algumas das possíveis fontes de financiamento e de crédito são: Banco Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, PROGER, PROTRABALHO, WIDAR e Caixa Econômica Federal.

Percebe-se assim que a perspectiva de sustentabilidade das organizações de catadores não é tão clara e depende de uma série de ações e atores. Ao poder público local, parceiro fundamental do processo de formação e, sobretudo, de permanência das atividades das organizações de catadores, é conferido o desafio de definir estratégias de apoio que não resultem em ações assistencialistas, mas sim no empoderamento da categoria. Um dos meios para isso é a interlocução que ele pode exercer com outros atores na construção de políticas para o setor da coleta seletiva com inclusão de catadores.

3.4. OUTROS ATORES DA REDE

As organizações não governamentais e os centros de ensino têm desempenhado um importante papel no fortalecimento da categoria de catadores e na construção de políticas públicas de inclusão social. Em São Paulo, por exemplo, elas têm sido peça fundamental na intermediação de diálogos e negociações entre o poder público, o setor empresarial e as organizações de catadores na construção do Programa Coleta Seletiva Solidária. Já em Belo Horizonte e Recife, a contribuição dessas entidades tem sido essencial, sobretudo na organização e estruturação dos grupos de catadores.

O fato é que grupos da sociedade civil organizada, com suas diversas representações e campos de atuação, têm estado presentes – em muitos casos, ocupando papel de destaque – nas discussões e nos planejamentos de programas de coleta seletiva mais amplos e ousados, nos quais o catador, além de parceiro prioritário, é percebido em sua plenitude.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares constitui também um importante parceiro para iniciativas de coleta seletiva com inclusão de catadores. Diversas incubadoras filiadas à rede vêm auxiliando na formação de cooperativas de catadores, oferecendo apoio técnico e gerencial e incentivando a construção de vínculos associativos. Esta aproximação entre as universidades e as cooperativas populares consiste em uma experiência genuinamente brasileira, na qual foram adicionados à lógica tradicional das incubadoras de empresas, voltadas para integração ao mercado, elementos de cooperação solidária e inclusão social.

Nós somos cabeças que pensam

Nós somos mãos que trabalham

Nós somos cidadãos de direito e deveres¹⁵

As empresas, produtoras de bens de consumo e geradoras de resíduos, têm a responsabilidade e o dever de se envolverem nos programas de coleta seletiva. Algumas, motivadas por interesses econômicos, ou mesmo pela responsabilidade social empresarial, muito

¹⁵ Depoimento de catador de Porto Alegre durante o II Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte durante os dias 27 de outubro e 1 de novembro de 2003.

disseminada ultimamente, começam a estabelecer diálogos com as prefeituras, ou diretamente com as organizações de catadores.

A doação de seus materiais recicláveis – e não a venda, como ocorre na maioria das vezes – é um dos caminhos.

Outra opção é o financiamento de cursos e a aquisição de equipamentos que permitam maior autonomia aos catadores. No entanto, sem um mecanismo de pressão e incentivo que parta do próprio poder público, o compromisso dessas empresas acaba sendo efêmero. Em muitos casos, nota-se que essas ações se revelam meros gestos assistencialistas, não havendo uma real mudança na política institucional das empresas.

Organização de catadores

Assim como um catador sozinho não avança muito na transformação de percepções, o poder de interferência e mudança de uma organização que atua isoladamente também é limitado. O entrosamento e o fortalecimento do grupo, reunindo diversas organizações, como no caso de Minas Gerais, com a Rede de Economia Popular Solidária, e do Rio Grande do Sul, com a Federação de Recicladores, tem se mostrado um meio eficaz de garantir representatividade junto ao Governo Federal e a outras instâncias do poder.

Essa articulação também deve ser incentivada quando da negociação de preços das cooperativas com seus compradores. Como visto anteriormente, esse movimento já está ganhando corpo no Rio de Janeiro. Mais: essa interação entre organizações pode se dar em outro nível, como no caso das reuniões que começam a ser realizadas entre a COOPAGRES e a ARO, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de idéias e estratégias.

O Movimento Nacional de Catadores, que reúne catadores dos quatro cantos do país, talvez seja hoje a iniciativa mais consolidada nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Magera, Marcio. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo, Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.
- (2) Evento Gerenciamento Sustentável de Resíduos Sólidos: experiências internacionais, pg.11. São Paulo novembro de 2002. Realização FESPSP, Caixa, Prefeitura de São Paulo: Secretaria municipal do Meio Ambiente, Secretaria municipal de Serviços e obras e secretaria municipal de relações internacionais
- (3) Agenda 21, capítulo 21
- (4) Folha de São Paulo, 20 de julho de 2003 pg. B6.
- (5) Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo/ Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.
- (6) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000.
- (7) Compromisso Empresarial para a Reciclagem/Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Cadernos de Reciclagem: o papel da prefeitura, 1997.
- (8) Abreu, Fátima. Do lixo a cidadania: estratégias para a ação, Brasília, DF: Caixa, 2001.
- (9) Agência Brasil – Abr – Brasília, 05/10/2003
- (10) Oliveira, Terezinha. O cooperativismo como instrumento de geração de trabalho e renda: a teoria e a prática para a constituição de cooperativas de trabalho.
- (11) Contrato nº 127/2003 – COMLURB
- (12) Compromisso Empresarial para a Reciclagem/SEBRAE-RJ. Guia da Cooperativa de Catadores. São Paulo: CEMPRE, 2002.

ANEXO I

LISTAGEM DE CONTATOS ESTABELECIDOS (entrevistas por questionários semi-abertos e conversas informais)

Belém do Pará

Diretora e funcionários da SESAN
Associados da COOTPA

Belo Horizonte

Associados da ASMARE
Associados da Cooperativa Solidária de Recicladores do Barreiro e Região
Responsáveis pelo programa de coleta seletiva da Prefeitura na superintendência de limpeza urbana

Caxias do Sul

Responsável pelo programa de coleta seletiva da Prefeitura

Macapá

Associados da Associação de Carapirás

Olinda

Associados da ARO
Ex-responsável por ações de organização de catadores

Poá

Associados da CRUMA

Porto Alegre

Responsável pelo de programa de coleta seletiva da Prefeitura
Associados da Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada
Associados da Associação Vila Pinto

Recife

Responsável pelo programa de coleta seletiva da EMLURB
Associados da COOPAGRES
Associados da Associação de Recicladores de Muribeca
Responsável da Prefeitura de Recife pelo apoio a organização da Associação de Muribeca
Representantes da Cáritas
Membros da organização Trapeiros de Emaús

Rio de Janeiro

Representantes da COMLURB
Associados da Coopersul
Associados da Coopernorte
Associados da Coopergramacho
Associados da Usina do Caju
Catadores integrantes da RICAMARE
Representantes da Nova Pesquisa

São Paulo

Gerente do Programa Coleta Seletiva Solidária
Responsável por ações educativas ligadas a limpeza urbana
Associados da Cooperativa Tietê
Representante e associados da COORPEL
Representantes e associados da COOPAMARE
Representantes do Fórum Recicla São Paulo
Representantes do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste
Representantes da entidade não governamental Vira Lata
Membros do Fórum Lixo e Cidadania Municipal
Representante do Instituto Pólis

Santo André

Representantes da SEMASA
Associados da COOPCIDADELIMPA
Associados da COOPCICLA

ANEXO II

SIGLAS UTILIZADAS

ARO – Associação de Recicladores de Olinda

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COOCAPEL – Cooperativa de Catadores de Papel

COOMPET – Cooperativa Mista de Produção e Trabalho do Estado de Goiás

COOPAGRES – Cooperativa de Agentes de Gestão em Resíduos Sólidos

COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo

COORPEL – Cooperação na Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis

COOTPA – Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá

CRUMA – Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente

CSR – Centrais de Seleção e Reciclagem

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana de Recife

LEV – Local de Entrega Voluntária

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PEV – Ponto de Entrega Voluntária

RECIFRAN – Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem

RICAMARE – Rede Independente de Catadores de Material Reciclável

SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental

SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

UT – Unidades de Triagem

UTC – Unidade de Triagem e Compostagem

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Largo do IBAM, nº 1 – Humaitá

Rio de Janeiro – RJ

22271-070

tel. (21) 2536-9797

www.ibam.org.br

